

A PRESENÇA DE RAPÓSO TAVARES NA EXPANSÃO PAULISTA

MYRIAM ELLIS

"Não fôra a ação de Antônio Rapôso Tavares e a fronteira do Brasil seria hoje o Paranapanema, com o Paraguai, ou a Argentina, pouco importa. E Mato Grosso também não nos pertenceria, hispanizado pelas reduções dos Itatins".

(Affonso de E. Taunay, *História das Bandeiras Paulistas*, vol. II, p. 95)

A bandeira partia. Duzentos a trezentos homens brancos e mamelucos — em média — à frente de mil, mil e quinhentos, dois mil índios, ou mais, distanciavam-se do povoado e, a pé, por velhas trilhas indígenas, embrenhavam-se no sertão. Muitos não retornariam.

Dotados, na maioria, de singular instinto de orientação e de invulgar capacidade para vencer longas distâncias, decorrentes de suas afinidades com o gentio, sabiam, como os indígenas, como marchar, sobrepujando o cansaço, como transpor, pelas passagens mais convenientes, selvas, montes e vales e, como encontrar água, aproveitar-se de recursos do mundo animal e vegetal — caça, peixe, mel-de-pau — para subsistência e escolher sítios para pousos e plantio de alimentos.

A marcha a pé — em fila indiana, "marcha à paulista", até meio dia e no máximo até treze ou quatorze horas da tarde — era o seu modo verdadeiramente característico de locomoção; a navegação fluvial era exceção à regra; e, de pouca ou nenhuma serventia teriam nas brenhas, nos lugares acidentados e nas picadas indígenas os cavalos.

Do seu arsenal de bandeirantes devassadores de sertões, constavam o arco e a flecha muitas vêzes substitutivos com vantagem, pelo rápido e silencioso manejo, das armas européias — arcabuzes, escopetas e mosquetes — inócuas, inofensivas às chuvas e à umidade tropicais. Poderiam ser facilmente confeccionados durante o curso da jornada. A pólvora e o chumbo carregados nos baús encourados não bastariam à longa permanência no sertão.

E, ainda no arsenal, gibões, rodela, gualteiras ou capuzes de couro, "coiras de anta", peças características da indumentária guerreira dos paulistas, para defesa contra estocadas, frechas e setas ervadas. De tôdas, nenhuma se ajustaria tão bem às condições e aos recursos do meio, como o quase obrigatório gibão estofado de algodão, ou escupil, destinado a cobrir o sertanista dos pés à cabeça, ou apenas o busto e o ventre, resguardando-o das frechadas.

Completavam a bagagem: armas brancas, cunhas, machados, enxós, foices e facões, para a luta contra a floresta; e, rêde de dormir, cobertor, pratos de estanho, tachos e cuias, algum sal em canudos ou cabaços e, envolvidos em fôlhas, os pães de "farinha de guerra" — munição de bôca de soldados — preparados com farinha de mandioca cozida até tornar-se compacta; duravam um ano com o mesmo sabor, não obstante as intempéries.

No corpo levavam praticamente quase tôda a roupa de uso pessoal, chapéu pardo roçado, carapuça ou lenço e pano de cabeça, sapatos de vaca ou vaqueta — mas, em geral iam descalços — ceroulas e camisa de algodão, roupeta e calções de baeta e capote.

E, por último, as correntes, de duas braças de comprimento — 4,40 m — e mais, com cinco, doze, trinta colares de ferro munidos de cadeados, para manter presos pelo pescoço os índios capturados às tabas e às reduções.

O CENÁRIO

BANDEIRA — A expressão "Bandeira", designativa das expedições sertanistas de apresamento de índios no Brasil Colonial, quando se cogita das suas particularidades, dos seus objetivos e da sua origem histórica, tem dado margem a inúmeras interpretações e controvérsias. Há quem afirme que as Bandeiras, grupos de ataque encarregados de uma missão arriscada e dependente da rapidez de ação, seriam assim denominadas por empunharem os seus componentes emblemas, insignias, estandartes ou bandeiras como símbolo de guerra. Aliás, nos empreendimentos militares tem sido comum, através dos tempos, a classificação dos expedicionários em companhias, cada qual com o seu pendão.

Os paulistas que, em 1629, integraram a grande bandeira de Antônio Rapôso Tavares, assaltaram e destruíram as missões dos jesuítas de Espanha estabelecidos na região do Guairá — atual Paraná — levaram bandeiras

Do seu arsenal de bandeirantes devassadores de sertões, constavam o arco e a flecha muitas vêzes substitutivos com vantagem, pelo rápido e silencioso manejo, das armas européias — arcabuzes, escopetas e mosquetes — inócuas, inofensivas às chuvas e à umidade tropicais. Poderiam ser facilmente confeccionados durante o curso da jornada. A pólvora e o chumbo carregados nos baús encourados não bastariam à longa permanência no sertão.

E, ainda no arsenal, gibões, rodelas, gualteiras ou capuzes de couro, "coiras de anta", peças características da indumentária guerreira dos paulistas, para defesa contra estocadas, frechas e setas ervadas. De tôdas, nenhuma se ajustaria tão bem às condições e aos recursos do meio, como o quase obrigatório gibão estofado de algodão, ou escupil, destinado a cobrir o sertanista dos pés à cabeça, ou apenas o busto e o ventre, resguardando-o das frechadas.

Completavam a bagagem: armas brancas, cunhas, machados, enxós, foices e facões, para a luta contra a floresta; e, rêde de dormir, cobertor, pratos de estanho, tachos e cuias, algum sal em canudos ou cabaços e, envolvidos em fôlhas, os pães de "farinha de guerra" — munição de bôca de soldados — preparados com farinha de mandioca cozida até tornar-se compacta; duravam um ano com o mesmo sabor, não obstante as intempéries.

No corpo levavam praticamente quase tôda a roupa de uso pessoal, chapéu pardo roçado, carapuça ou lenço e pano de cabeça, sapatos de vaca ou vaqueta — mas, em geral iam descalços — ceroulas e camisa de algodão, roupeta e calções de baeta e capote.

E, por último, as correntes, de duas braças de comprimento — 4,40 m — e mais, com cinco, doze, trinta colares de ferro munidos de cadeados, para manter presos pelo pescoço os índios capturados às tabas e às reduções.

O CENÁRIO

BANDEIRA — A expressão "Bandeira", designativa das expedições sertanistas de apresamento de índios no Brasil Colonial, quando se cogita das suas particularidades, dos seus objetivos e da sua origem histórica, tem dado margem a inúmeras interpretações e controvérsias. Há quem afirme que as Bandeiras, grupos de ataque encarregados de uma missão arriscada e dependente da rapidez de ação, seriam assim denominadas por empunharem os seus componentes emblemas, insígnias, estandartes ou bandeiras como símbolo de guerra. Aliás, nos empreendimentos militares tem sido comum, através dos tempos, a classificação dos expedicionários em companhias, cada qual com o seu pendão.

Os paulistas que, em 1629, integraram a grande bandeira de Antônio Rapôso Tavares, assaltaram e destruíram as missões dos jesuítas de Espanha estabelecidos na região do Guairá — atual Paraná — levaram bandeiras

cujas insígnias diferiam das de el-Rei de Portugal, depõem os autores da *Relación de los Agravios*, os padres Justo Mansilla e Simon Maceta, testemunhas dos acontecimentos.

Convém lembrar, ainda, a propósito, o costume tupiniquim de alçar bandeiras em sinal de guerra; ou a proveniência do vocábulo Bandeira de "bando", edital apregoado nos povoados, para recrutamento de homens com destino ao sertão, ou ainda, de "Bando", grupo de sertanistas pròpriamente dito, comandados por um chefe. E mais. Que a expressão seria de origem castelhana — um espanholismo — designativo de instituição militar, "bandeira" ou "companhia".

Nos textos coloniais, o termo Bandeira é freqüentemente substituído por "companhia".

Mais uma relação de origem do que pròpriamente um paralelo, a bandeira, no Brasil Colonial, teria sido uma revivescência peninsular de outrora das companhias de assalto que combatiam isoladamente e cuja missão era levar avante reconhecimentos temerários e emprêsas arriscadas em solo inimigo, como por exemplo, o "fossado", expedição característica da época da Reconquista ibérica, das origens e do povoamento de Portugal (séculos IX e XIII), incursão militar em domínio muçulmano, da qual freqüentemente resultava a captura do mouro submetido incontinentemente à escravidão; precedia a "presuria", expedição identificada pelo estandarte real, que visava a posse e a defesa da terra. Ou ainda a "cabalgada" referida na legislação medieval castelhana, instituição ibérica típica das lutas fronteiriças contra os árabes, destacamento da "hueste" (hoste), para ação rápida contra o inimigo, réplica da "algará" ou "corredura", destacamento montado árabe em ação, "batida" ou pilhagem contra os cristãos. Aos respectivos botins incorporavam-se os prisioneiros.

Comparável, de certa forma, à "cabalgada" ibérica seria a Bandeira apresadora, despovoadora, escravizadora, que não se fixava, que retornava ao ponto de partida com seu botim de índios. Ambas encerravam o mesmo espírito de grupo militarizado e cõscio da própria independência de ação, idêntico interêsse geral de participar da prêsã de guerra e o traço comum decorrente de um tipo de vida de fronteira: fronteira em relação ao infiel, na Península ibérica; e, fronteira em relação ao sertão, ao índio hostil e à América espanhola, na Capitania de São Vicente, aspecto êsse que o afastamento do mar haveria de acentuar. As diferenças intrínsecas entre as duas, como especialmente na Bandeira, a locomoção a pé e o predomínio do arco e flecha não anulariam, todavia, as suas similitudes quanto à forma.

"Bandeira" teria sido, pois, um arcaísmo lusitano designativo de um destacamento de infantaria destinado a pelejar mais ou menos tumultuosamente, sem princípios ou regras de arte militar, comum em Portugal até o reinado de D. Afonso V que disciplinou as suas fôrças por um regulamento — ou regimento — posteriormente aperfeiçoado por D. Manoel.

Sinônimos de Bandeira como incursão ao sertão declinam os documentos paulistas coloniais as seguintes expressões: "entrada", a mais empregada; "jornada", "viagem", "companhia", "descobrimento", "frota", esta última, raramente, todavia.

De Bandeira derivam os termos, "bandeireiro", "bandeirista", ou seja, o sertanista integrado à Bandeira, homem que anda a "bandeirar", isto é, a caçar índios, ou a procurar pedras e metais preciosos e, atualmente, filho de São Paulo, paulista, piratiningano. Ainda. "Bandeirantismo" ou "bandeirismo", fenômeno histórico da penetração continental perpetrado pelas Bandeiras que, instrumentos de uma sociedade em luta pela sobrevivência, realizaram a expansão geográfica do Brasil, a abertura de caminhos para a colonização e a incorporação ao patrimônio do país de cerca de dois terços do território atual.

SÃO VICENTE, "BÓCA DE SERTÃO" E PORTO DOS ESCRAVOS — Quando, em 1532, Martim Afonso de Sousa aportou em São Vicente, a caça ao aborígene já era praticada na região e circunvizinhanças. Costumavam os índios realizar entre si expedições escravagistas — as malocas — e alguns portugueses que aí conviviam com os nativos, desde os primórdios do descobrimento do Brasil, iniciaram o resgate de escravos e de prisioneiros de guerra dos índios e, aos poucos, transformaram aquele escambo em tráfico de escravatura.

Dois eram os centros de comércio e autênticos trampolins para a penetração do continente: o de Tumiáru, no antigo povoado que precedeu a vila de São Vicente e o de Cananéia, à frente dos quais estavam, respectivamente, Antônio Rodrigues e o célebre Bacharel. João Ramalho e seus mamelucos, no planalto, abasteciam o primeiro daqueles entrepostos.

Com a colonização, das lutas dos Tupiniquim com os Carijó e Tupinambá, aproveitaram-se, também, os povoadores, para engrossar as levas de silvícolas remetidos para o litoral por João Ramalho, aumentando os contingentes destinados ao livre tráfico de São Vicente, "bôca do sertão" e porto dos escravos. Muitos portugueses aí estabelecidos percorriam extensos trechos do litoral sul, despovoando-o de indígenas. Outros rumavam para o Paraguai a buscar índios que adquiriam aos castelhanos em troca de ferro e outras mercadorias, para vendê-los em São Vicente, enviá-los às outras capitanias e também à Europa.

A VILA DE PIRATININGA E O BANDEIRISMO DEFENSIVO — Com a extinção de Santo André da Borda do Campo e a transferência do pelourinho para o povoado erigido a vila, em 1560 — vila de São Paulo de Piratininga — aí se reuniram brancos e mamelucos para maior resistência aos ataques do gentio enraivecido. Os Tamoio e os Carijó ameaçavam agredir os incipientes núcleos de colonização. As atividades de apresamento do índio

Sinônimos de Bandeira como incursão ao sertão declinam os documentos paulistas coloniais as seguintes expressões: "entrada", a mais empregada; "jornada", "viagem", "companhia", "descobrimento", "frota", esta última, raramente, todavia.

De Bandeira derivam os termos, "bandeireiro", "bandeirista", ou seja, o sertanista integrado à Bandeira, homem que anda a "bandeirar", isto é, a caçar índios, ou a procurar pedras e metais preciosos e, atualmente, filho de São Paulo, paulista, piratiningano. Ainda, "Bandeirantismo" ou "bandeirismo", fenômeno histórico da penetração continental perpetrado pelas Bandeiras que, instrumentos de uma sociedade em luta pela sobrevivência, realizaram a expansão geográfica do Brasil, a abertura de caminhos para a colonização e a incorporação ao patrimônio do país de cerca de dois terços do território atual.

SÃO VICENTE, "BÓCA DE SERTÃO" E PÔRTO DOS ESCRAVOS — Quando, em 1532, Martim Afonso de Sousa aportou em São Vicente, a caça ao aborígene já era praticada na região e circunvizinhanças. Costumavam os índios realizar entre si expedições escravagistas — as malocas — e alguns portugueses que aí conviviam com os nativos, desde os primórdios do descobrimento do Brasil, iniciaram o resgate de escravos e de prisioneiros de guerra dos índios e, aos poucos, transformaram aquele escambo em tráfico de escravatura.

Dois eram os centros de comércio e autênticos trampolins para a penetração do continente: o de Tumiaru, no antigo povoado que precedeu a vila de São Vicente e o de Cananéia, à frente dos quais estavam, respectivamente, Antônio Rodrigues e o célebre Bacharel. João Ramalho e seus mamelucos, no planalto, abasteciam o primeiro daqueles entrepostos.

Com a colonização, das lutas dos Tupiniquim com os Carijó e Tupinambá, aproveitaram-se, também, os povoadores, para engrossar as levas de silvículas remetidos para o litoral por João Ramalho, aumentando os contingentes destinados ao livre tráfico de São Vicente, "bôca do sertão" e pôrto dos escravos. Muitos portugueses aí estabelecidos percorriam extensos trechos do litoral sul, despovoando-o de indígenas. Outros rumavam para o Paraguai a buscar índios que adquiriam aos castelhanos em troca de ferro e outras mercadorias, para vendê-los em São Vicente, enviá-los às outras capitanias e também à Europa.

A VILA DE PIRATININGA E O BANDEIRISMO DEFENSIVO — Com a extinção de Santo André da Borda do Campo e a transferência do pelourinho para o povoado erigido a vila, em 1560 — vila de São Paulo de Piratininga — aí se reuniram brancos e mamelucos para maior resistência aos ataques do gentio enraivecido. Os Tamoio e os Carijó ameaçavam agredir os incipientes núcleos de colonização. As atividades de apresamento do índio

por sua ação também influiria e, sobremaneira, na expansão paulista, resultou organizarem-se as Bandeiras com divisões militares, ouvidores do campo, escrivães, capelães e roteiros preestabelecidos. Após seu regresso à Metrópole (1605) continuariam os paulistas o devassamento dos sertões, tendo em vista, todavia, os lucros imediatos decorrentes da caça ao índio.

Inaugurariam o grande século das bandeiras as expedições de André de Leão (1601) e de Nicolau Barreto (1602), patrocinadas, ambas, por D. Francisco. A primeira seguiu pelos vales do Tietê e do Paraíba, galgou a Mantiqueira e rumou para as nascentes do rio São Francisco, à procura de minas de prata. Permaneceria nove meses no sertão, sem resultados. A segunda — trezentos homens, entre brancos, mamelucos e índios mansos — regressou ao ponto de partida após dois anos de sertão, suscitando divergências, atualmente, quanto à região alcançada: a bacia do São Francisco, a do Prata ou terras do Peru. Sabe-se, no entanto, ter sido reservada para a Coroa a terça parte dos índios apresados.

Seguiram-se novas Bandeiras: a de Diogo de Quadros e a de Manuel Prêto, em 1606; a de Belchior Dias Carneiro, em 1607, tôdas rumo ao sul, em busca de índios. E dezenas de outras. Daí por diante e durante mais de meio século predominariam as expedições apresadoras, em crescente ofensiva contra o gentio.

“BUSCAR O REMÉDIO PARA A SUA POBREZA” — “Buscar o remédio para a sua pobreza”, “buscar o seu remédio”, “buscar a sua vida”, “buscar o seu modo de lucrar” são expressões freqüentes nos testamentos seiscentistas dos bandeirantes e alusivas às suas incursões ao sertão para o apresamento do índio.

Dos moradores do Brasil já dissera o cronista Pero de Magalhães Gandavo “(...) a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e granjearem suas roças e fazendas, porque sem êles não se podem sustentar na terra (...)”. E os paulistas não escaparam a essa realidade que explica os objetivos econômicos das Bandeiras.

Da penúria da Capitania de São Vicente nos tempos coloniais e do baixo poder aquisitivo dos seus habitantes para a importação de negros, resultou a utilização, pelo colono, do braço indígena para a exploração da terra e garantia dos meios de subsistência, de acôrdo com o regime econômico da época.

Impedida, pelas condições geográficas, de concorrer com a região açucareira por excelência do Brasil colonial — a capitania de Pernambuco, enriquecida pela cana-de-açúcar — estagnou-se, no litoral vicentino, a lavoura canavieira ali iniciada em 1532 por Martim Afonso de Sousa. Faixa costeira aluvional, estreita pela presença da Serra do Mar, de solo pouco profundo, pantanosa, faltavam à região as excelentes condições características

por sua ação também influiria e, sobremaneira, na expansão paulista, resultou organizarem-se as Bandeiras com divisões militares, ouvidores do campo, escrivães, capelães e roteiros preestabelecidos. Após seu regresso à Metrópole (1605) continuariam os paulistas o devassamento dos sertões, tendo em vista, todavia, os lucros imediatos decorrentes da caça ao índio.

Inaugurariam o grande século das bandeiras as expedições de André de Leão (1601) e de Nicolau Barreto (1602), patrocinadas, ambas, por D. Francisco. A primeira seguiu pelos vales do Tietê e do Paraíba, galgou a Mantiqueira e rumou para as nascentes do rio São Francisco, à procura de minas de prata. Permaneceria nove meses no sertão, sem resultados. A segunda — trezentos homens, entre brancos, mamelucos e índios mansos — regressou ao ponto de partida após dois anos de sertão, suscitando divergências, atualmente, quanto à região alcançada: a bacia do São Francisco, a do Prata ou terras do Peru. Sabe-se, no entanto, ter sido reservada para a Coroa a terça parte dos índios apresados.

Seguiram-se novas Bandeiras: a de Diogo de Quadros e a de Manuel Prêto, em 1606; a de Belchior Dias Carneiro, em 1607, tôdas rumo ao sul, em busca de índios. E dezenas de outras. Daí por diante e durante mais de meio século predominariam as expedições apresadoras, em crescente ofensiva contra o gentio.

“BUSCAR O REMÉDIO PARA A SUA POBREZA” — “Buscar o remédio para a sua pobreza”, “buscar o seu remédio”, “buscar a sua vida”, “buscar o seu modo de lucrar” são expressões freqüentes nos testamentos seiscentistas dos bandeirantes e alusivas às suas incursões ao sertão para o apresamento do índio.

Dos moradores do Brasil já dissera o cronista Pero de Magalhães Gandavo “(...) a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e granjearem suas roças e fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra (...)”. E os paulistas não escaparam a essa realidade que explica os objetivos econômicos das Bandeiras.

Da penúria da Capitania de São Vicente nos tempos coloniais e do baixo poder aquisitivo dos seus habitantes para a importação de negros, resultou a utilização, pelo colono, do braço indígena para a exploração da terra e garantia dos meios de subsistência, de acôrdo com o regime econômico da época.

Impedida, pelas condições geográficas, de concorrer com a região açucareira por excelência do Brasil colonial — a capitania de Pernambuco, enriquecida pela cana-de-açúcar — estagnou-se, no litoral vicentino, a lavoura canvieira ali iniciada em 1532 por Martim Afonso de Sousa. Faixa costeira aluvional, estreita pela presença da Serra do Mar, de solo pouco profundo, pantanosa, faltavam à região as excelentes condições características

Excetuando o período das incursões bandeirantes às missões jesuíticas, não teriam sido vultosos os resultados do apresamento. Um engenho de açúcar do Nordeste rendia mais do que uma expedição apresadora. Ante os sacrifícios, o desgaste humano, os riscos sem par a que se sujeitava o bandeirante, era relativamente baixo o rendimento material de uma bandeira. O tráfico de índios, salvo curtos períodos, não constituiu comércio lucrativo. É o que provam a pobreza da Capitania de São Vicente e a sua limitada produção. Contribuiu, todavia, de alguma forma, para manter o modesto padrão de vida do paulista, bem como o seu interesse pelo apresamento.

A par da agricultura de subsistência e de outros misteres que nos agrupamentos humanos paulistas exigiram o braço indígena e incrementaram a caça ao índio, o tráfico próprio dito do aborígene também influuiu, sem dúvida, na atividade do bandeirante.

Fatores econômicos tornaram, pois, o bandeirismo uma autêntica profissão condicionada pelo meio e uma escola, por excelência, onde os adolescentes paulistas se preparavam para a caça ao índio em particular e para o sertanismo em geral. Tornou-se um negócio, inclusive. Aquêles que não podia partir para o sertão tratava alguém que fôsse em seu lugar, por sua conta, fornecendo-lhe os meios materiais necessários à empreitada: índios, correntes, armas, munições de guerra e mais aviamentos, ou seja, a "armação" de que o bandeirante seria o "armador". Uma verdadeira sociedade estabelecida com o capital de uns e a coragem de outros, ou sociedade de capital e indústria. Os lucros seriam depois repartidos proporcionalmente.

A SOCIEDADE BANDEIRANTE — O homem que ousou sair de Portugal rumo à América, enfrentou o Atlântico, desembarcou em São Vicente, venceu a serra e o sertão era, antes de tudo, um forte. Trazia por bagagem toda uma tradição de instituições políticas e sociais do povo iniciador da expansão marítima européia e uma herança de aptidões física e psicológica para enfrentar o Novo Mundo. Era essa toda a sua riqueza. Enraizado no Planalto paulista, aí estabeleceu núcleos de povoamento multiplicados pelos descendentes, em grande parte mamelucos, legítimos e bastardos, frutos do intenso e inevitável cruzamento com as índias da terra. A todos transmitiria não somente o cabedal da cultura lusa, como o másculo perfil e a acentuada vitalidade. Os mamelucos, a par da tendência à mobilidade e à aventura, dos traços de intrepidez e de audácia herdados do pai, receberiam por via materna a índole inquieta e nômade, as inclinações sertanistas do ameríndio ambicioso de liberdade e de amplos horizontes. Constituiriam os elementos formadores da maior parte das primeiras famílias paulistas, os troncos originários da gente que, mais tarde, Saint-Hilaire denominará de "raça de gigantes". Foram essas famílias amestiçadas e patriarcais, as vigas mestras do grupo social que gerou os contingentes humanos das bandeiras. Participar de uma expedição sertanista era, para elas, índice de prestígio e título de honra.

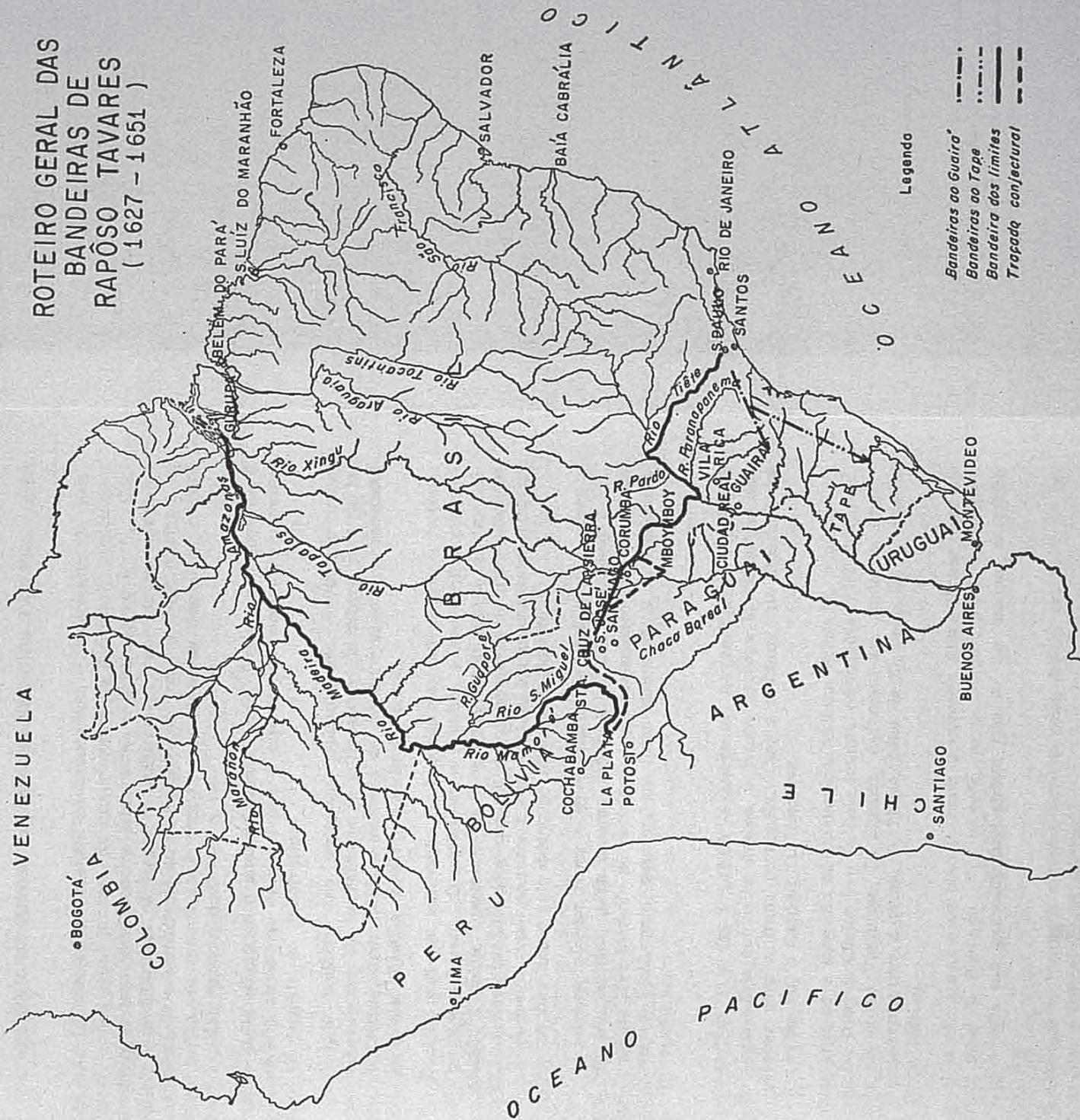
Excetuando o período das incursões bandeirantes às missões jesuíticas, não teriam sido vultosos os resultados do apresamento. Um engenho de açúcar do Nordeste rendia mais do que uma expedição apresadora. Ante os sacrifícios, o desgaste humano, os riscos sem par a que se sujeitava o bandeirante, era relativamente baixo o rendimento material de uma bandeira. O tráfico de índios, salvo curtos períodos, não constituiu comércio lucrativo. É o que provam a pobreza da Capitania de São Vicente e a sua limitada produção. Contribuiu, todavia, de alguma forma, para manter o modesto padrão de vida do paulista, bem como o seu interesse pelo apresamento.

A par da agricultura de subsistência e de outros misteres que nos agrupamentos humanos paulistas exigiram o braço indígena e incrementaram a caça ao índio, o tráfico propriamente dito do aborígene também influuiu, sem dúvida, na atividade do bandeirante.

Fatores econômicos tornaram, pois, o bandeirismo uma autêntica profissão condicionada pelo meio e uma escola, por excelência, onde os adolescentes paulistas se preparavam para a caça ao índio em particular e para o sertanismo em geral. Tornou-se um negócio, inclusive. Aquê que não podia partir para o sertão tratava alguém que fôsse em seu lugar, por sua conta, fornecendo-lhe os meios materiais necessários à empreitada: índios, correntes, armas, munições de guerra e mais aviamentos, ou seja, a "armação" de que o bandeirante seria o "armador". Uma verdadeira sociedade estabelecida com o capital de uns e a coragem de outros, ou sociedade de capital e indústria. Os lucros seriam depois repartidos proporcionalmente.

A SOCIEDADE BANDEIRANTE — O homem que ousou sair de Portugal rumo à América, enfrentou o Atlântico, desembarcou em São Vicente, venceu a serra e o sertão era, antes de tudo, um forte. Trazia por bagagem tôda uma tradição de instituições políticas e sociais do povo iniciador da expansão marítima européia e uma herança de aptidões física e psicológica para enfrentar o Nôvo Mundo. Era essa tôda a sua riqueza. Enraizado no Planalto paulista, aí estabeleceu núcleos de povoamento multiplicados pelos descendentes, em grande parte mamelucos, legítimos e bastardos, frutos do intenso e inevitável cruzamento com as índias da terra. A todos transmitiria não sômente o cabedal da cultura lusa, como o másculo perfil e a acentuada vitalidade. Os mamelucos, a par da tendência à mobilidade e à aventura, dos traços de intrepidez e de audácia herdados do pai, receberiam por via materna a índole inquieta e nômade, as inclinações sertanistas do ameríndio ambicioso de liberdade e de amplos horizontes. Constituiriam os elementos formadores da maior parte das primeiras famílias paulistas, os troncos originários da gente que, mais tarde, Saint-Hilaire denominará de "raça de gigantes". Foram essas famílias amestiçadas e patriarcais, as vigas mestras do grupo social que gerou os contingentes humanos das bandeiras. Participar de uma expedição sertanista era, para elas, índice de prestígio e título de honra.

**ROTEIRO GERAL DAS
BANDEIRAS DE
RAPÔSO TAVARES
(1627 - 1651)**



- Legenda**
- Bandeiras ao Guairá
 - ... Bandeiras ao Tape
 - Bandeira dos limites
 - - - Troçada conjectural

Mapa baseado na obra Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil, Jaime Cortesão, Rio, MEC, 1958.

Quanto às influências atuantes no bandeirismo e decorrentes do isolamento do núcleo social paulista, da mestiçagem e da endogamia, modelariam a psicologia da sociedade pioneira estabelecida a cavaleiro no sertão. Conservariam e acentuariam os traços de rusticidade e audácia do branco, o tino sertanista e o nomadismo do mameluco que, como o índio, dispunha de invulgar sentido de orientação e notável capacidade de despender grandes esforços e cobrir grandes distâncias a pé.

Baixo poder aquisitivo e auto-suficiência desenvolveriam não somente a policultura e a escravidão do índio, mas o espírito independente, combativo e tenaz do paulista do Seiscentismo.

Rusticidade, audácia, tino sertanista, independência, tenacidade foram as molas psicológicas do bandeirismo de apresamento de braços para as lavouras paulistanas, para defesa e sustento do povoador e para as incursões pesquisadoras das riquezas minerais ocultas no sertão.

O sertão... poderosa motivação do bandeirismo. Lá estaria a fortuna: "peças", prata e pedras... O sertão era o mistério, a aventura, a provocação constante à índole aventureira e à imaginação do branco e, especialmente do mameluco, produto de guerreiros, de navegantes e de tribos nômades habituadas ao sertão como animais à sua mata e, em constante movimento pelo anseio de liberdade e pelo desejo de regresso à floresta.

Nesses homens talhados física e psicologicamente para o movimento, a imaginação, contaminada pelas crenças indígenas e pelo misticismo contagiante do século XVI inerente ao português, pela credulidade, pelo analfabetismo e pela ganância, seria, também, um fator indispensável ao desenvolvimento do bandeirismo.

PORTUGAL SOB OS FILIPES — Morto em Alcácer-Quebir (1578), na cruzada empreendida contra os árabes, o jovem monarca D. Sebastião não legou sucessor para o trono português. Cingiu a Coroa, até finar-se, em 1580, seu velho tio, o Cardeal D. Henrique.

Apresentou-se à sucessão da monarquia lusitana Filipe II, o astuto rei de Espanha, filho de Carlos V e da bela infanta portuguesa, D. Isabel, neto, portanto, de el-Rei Venturoso, D. Manoel. Reforçava-lhe, ainda, as pretensões o casamento com a prima D. Maria, filha de D. João III e também neta de D. Manoel.

A força das armas e ao pêso do ouro, incorporou Filipe II aos seus domínios o reino de Portugal. "Yo lo erdé, yo lo compré, yo lo conquisté", diria em desafio aos patriotas portugueses que se lhe haviam anteposto aos projetos.

Revidariam os lusitanos o repto, sessenta anos depois, em 1640, ao reconquistarem a independência nacional.

Durante êsse meio século, não obstante procurassem os monarcas espanhóis preservar a distinção e a limitação das soberanias entre a América portuguesa e a espanhola, qualquer medida restritiva ou proibitiva de aproximação não teria tido valor efetivo, pois os fatos demonstram a penetração portuguesa em território hispano-americano, como a castelhana em terras americanas de Portugal, embora separadas territorialmente pelo meridiano demarcador convencionado em 1494, ao firmarem as duas monarquias ibéricas o célebre Tratado de Tordesilhas.

Conseqüentemente, com as maiores facilidades, pôde a audácia dos paulistas incursionar em terras de domínio castelhano, onde as distâncias eram imensas e, cada vez maiores, a ousadia e a temeridade dos bandeirantes.

À essa época, a colonização espanhola interessada pela mineração da prata no Peru concentrava nessa região suas maiores atenções.

AS REDUÇÕES DA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI — Ligadas pelo mesmo laço monárquico as duas coroas ibéricas, é de se crer que não teria sido coincidência o estabelecimento, em 1610, dos jesuítas castelhanos em terras da América portuguesa, à margem esquerda do rio Paranapanema, para início da obra da conquista espiritual do gentio.

Ao lado do plano de evangelização teria existido, também, ora a secundá-lo, ora a apoiar-se nêle, um plano de expansão geográfica. Útil seria lembrar que a Companhia de Jesus foi um instituto não de objetivos apenas religiosos, mas também políticos; que procurou muitas vêzes insinuar-se e sobrepor-se aos Estados civis como um super-Estado; e que na América espanhola também lhe teria cabido uma função política.

Ergueram, pois, naquelas paragens aquêles missionários da Companhia de Jesus as primeiras aldeias de índios cristianizados, ou "reduções": Nossa Senhora do Loreto, no rio Paranapanema e Santo Inácio, no Pirapó (1610). E, à medida que a evangelização prosseguia, outras mais se levantavam, alastrando-se e povoando extensas áreas banhadas pelos formadores e afluentes da bacia do Prata. Pertenciam administrativamente à Província jesuítica do Paraguai criada em 1607.

Compreendia a referida Província jesuítica o sul da Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai atuais e incluía as regiões então denominadas Guairá, Tape e Itatim.

A de Guairá — nome de um cacique — no antigo território do Paraguai abrangia tôda a parte ocidental do atual Estado do Paraná. Fôra percorrida por bandeirantes desde o início do século. Limitava-se a oeste pelo rio Paraná, ao norte pelo Paranapanema, ao sul pelo Iguazu e terminava na zona dos campos que se estendem desde o Itararé até Guarapuava. As primeiras Reduções, ou aldeias de índios cristianizados ali criadas, à margem

esquerda do Paranapanema, Nossa Senhora de Loreto e Santo Inácio, já mencionadas, datam de 1610. Logo a seguir entrariam os jesuítas pelo Pirapó e pelo Tibaji.

A medida que a catequese ganhava terreno, outras Reduções se erguiam e, em 1628, além das pequenas vilas espanholas de Cidade Real, Ciudad Real, na foz do Piquiri e de Vila Rica, no Ivaí, inúmeras eram as Reduções, ou núcleos evangelizadores do gentio, com uma população calculada em 50.000 almas.

A missão do Guairá veio a expandir-se depois de 1622, sob a direção do padre Antônio Ruiz de Montoya que deu grande impulso ao estabelecimento de novas aldeias. Entre 1622 e 1629, aquele padre, a princípio como simples missionário e depois como dirigente da Missão, logrou fundar mais onze Reduções: em 1622 São Xavier, sobre um dos afluentes do médio Tibaji; em 1625, Encarnação, já sobre o alto Tibaji, assim como São José, entre os rios Tibaji e Ivaí; em 1626, São Miguel, a mais oriental de todas, no Ibiangui, e São Paulo sobre o Ivaí; em 1627, Santo Antônio, no Ibiticoi, Conceição, região das nascentes do Tibaji, São Pedro, na mesma região; e, finalmente, em 1628, os Sete Arcanjos e Jesus Maria, sobre o alto Ivaí e São Tomé, entre São Paulo e Arcanjos (Arcangeles).

A região do Tape, vagamente denominada pelos paulistas de "sertão dos Patos" compreendia, a oeste, o alto Ibicuí, ao norte a Serra Geral, a leste o vale do rio Caí e ao sul a vizinhança da Serra dos Tapes. Correspondia a todo o centro do atual Estado do Rio Grande do Sul.

Somente após a destruição das Reduções e o êxodo dos últimos índios cristianizados do Guairá é que se iniciou, com grande impulso, a missão jesuítica no Tape. Em 1632, fundavam os jesuítas as Reduções de São Tomé, São Miguel, São José; de 1634 datam as de São Cosme e São Damiano, todas às margens do Ibicuí. A seguir, em princípios de 1633, deram início à penetração da bacia do Jacuí, em direção ao mar. Essa região era a grande porta por onde se entrava do litoral para a bacia do Uruguai. Aí alcançavam os padres uma zona estratégica de alta importância para os bandeirantes paulistas que já a freqüentavam. Daquele mesmo ano datam Santa Teresa, Santa Ana, São Joaquim, Natividade e Jesus Maria, esta, a mais avançada na direção do mar, a margem esquerda do rio Pardo, ameaça à toda penetração paulista no território do Tape. Finalmente, em 1634, ergueu-se a Redução de São Cristóvão, à margem direita a sueste da atual povoação de Cruz Alta.

Em meados de dois anos, ocuparam os jesuítas todo o sertão do Tape. Destarte, na banda oriental do rio Uruguai, até 1633, eram, ao todo, nove Reduções: Conceição, São Nicolau de Piratini, Candelária de Ibicuí, Mártires do Caaró, São Pedro e São Paulo, São Carlos, São Xavier, Assunção e Santos Reis. No Tape propriamente dito, até 1634, eram quinze as Redu-

ções erguidas: Candelária de Piratini, Santos Mártires do Japão, São Carlos, Apóstolos, São Miguel, São Tomé, São José, Santana, Natividade, Santa Teresa, São Cristóvão, São Joaquim, Visitação, Jesus Maria, São Cosme e São Damião.

Começaria a região do Tape a ser atingida pelas bandeiras de grande vulto, por iniciativa de Antônio Raposo Tavares.

Os jesuítas que abandonaram a região do Guairá fundaram novas reduções também no extremo sudoeste do atual Estado de Mato Grosso, onde já existiam alguns daqueles estabelecimentos evangelizadores do gentio, podendo ser citadas, em conjunto, as Reduções de Xerez, Tarém, Mboimboi, Terecani, Maracaju, Caaguaçu, Ipané, Guarambaré, Atira e Nossa Senhora da Fé. Formavam o território jesuítico do Itatim, cuja capital era Vila Rica do Espírito Santo, doutrina fundada em território paraguaio, entre a foz do Iguaçu e a cidade de Assunção, após a destruição das missões do Guairá. Constituiriam excelente e tentadora presa para os caçadores de escravos da Capitania de São Vicente as centenas de índios pacificados, aldeados e aculturados naquelas Reduções pelos jesuítas. Acostumados a obedecer, não ofereciam a resistência do selvagem, de captura mais complicada e perigosa.

DESENVOLVIMENTO DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO — Foi a primeira metade do século XVII o período de desenvolvimento e de apogeu do bandeirismo de apresamento. A vila de São Paulo, verdadeira forja de bandeirantes, expediu bandeiras apresadoras que ultrapassaram o meridiano de Tordesilhas e rumaram sertão a dentro em tôdas as direções.

A sul e sudoeste defrontar-se-iam os paulistas com os aldeamentos missionários dos jesuítas castelhanos, em plena expansão no plano de açambarcamento de tôda a área sul e sudoeste da América portuguesa, ou seja, o atual Estado do Paraná (Guairá), o Rio Grande do Sul (Tape) e sul do Mato Grosso (Itatim). Estender-se-ia nessa área o mais importante e ativo setor de combate ao jesuíta e de caça ao índio.

A partir de 1628, suceder-se-iam rápida e sistematicamente os mais vigorosos ataques bandeirantes às Reduções jesuíticas. Os estabelecimentos mais visados foram os da região do Guairá, já anteriormente assaltados. Em três anos seriam completamente destruídos e os jesuítas expulsos. Graças a êsse capítulo da expansão paulista, manteve-se a região dentro da área de domínio português.

Em 1636, nova arrancada em direção ao sul — o sertão sulino dos índios Pato, ou do Rio Grande, já freqüentado pelas bandeiras paulistas havia duas décadas. Daí por diante, novas expedições e, até o ano de 1641, seria conquistada tôda a região denominada do Tape e também a do Uruguai, onde foram destruídas tôdas as Reduções.

Recuariam, novamente, os jesuítas para incorporar-se às missões remanescentes das margens dos rios Paraná e Uruguai e aí organizariam séria resistência. E, naquele mesmo ano derrotariam os paulistas junto ao M'bororé, pequeno afluente da margem direita do rio Uruguai. Os paulistas já haviam sofrido um revés, no início de 1639, em Caasapaguçu, batidos pelos padres e catecúmenos amparados pelas forças do governador do Paraguai, D. Pedro de Lugo y Navarra. As insistentes solicitações dos missionários, permitira-lhes o governo castelhano armar os índios aldeados e se defenderem *manu militari* contra as agressões dos bandeirantes.

Daí por diante, a Espanha reafirmaria mais do que nunca a separação, sob o ponto de vista da soberania territorial, entre a América espanhola e a portuguesa. Explica-se: no ano de 1640, encerrava-se o domínio filipino em Portugal com a insurreição que logrou restaurar a independência nacional e colocar no trono português D. João, o Duque de Bragança, agora D. João IV.

Não obstante, data dessa época a definitiva expulsão dos jesuítas castelhanos da região do Itatim, pelos bandeirantes.

Em 1632, renovaram-se as investidas paulistas àquela área já antes espaçadamente atingida pelos paulistas que ali destruíram diversas aldeias de índios reduzidos. Depois do revés de 1644 em que pereceram Jerônimo Bueno e toda a sua expedição, efetuiu-se, finalmente, em novembro de 1648, a verdadeira invasão do Itatim de que decorreu o êxodo de missionários e índios aldeados para o território espanhol limítrofe.

O DECLÍNIO DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO — A segunda metade do século XVII assinala o período de declínio do bandeirismo de apresamento. Aos poucos, deixariam de existir as grandes expedições do período anterior organizadas contra as Reduções jesuítas.

Não obstante a derrota às margens de M'bororé, continuariam os paulistas, por algum tempo, a sua faina apresadora em terreno jesuítico além Paraguai. As missões ainda existentes localizavam-se, porém, em área que ultrapassava o raio de ação paulista, já demasiadamente alargado pelas expedições das terceira e quarta décadas do século. Todavia, o apresamento do índio continuou. Seguiria outros rumos, desde que os jesuítas recuaram para demasiado longe, abandonando extensa área à margem esquerda do rio Paraná e parte da zona a leste do rio Uruguai. Predominariam, então, as incursões ao sertão bruto contra os selvagens de além Mantiqueira, de regiões goianas e matogrossenses, concomitantemente com outras cujo objetivo era a pesquisa de riquezas minerais. O bandeirismo tomava novos rumos.

Além da extinção de inúmeras Reduções jesuíticas e da Restauração lusitana (1640) que acentuaria a delimitação das terras espanholas e portuguesas na América, contribuiria, também, para a decadência do apresamento

o fim do poderio flamengo no Nordeste e no Atlântico e a reconquista de Angola, em 1648, por Salvador Correia de Sá e Benevides, fatos que permitiriam novamente aos portugueses abastecer os mercados negreiros do Brasil para fornecimento de escravos destinados às lavouras canavieiras, em detrimento do tráfico ameríndio.

Destarte, não obstante perdesse o apresamento do índio grande parte da sua importância econômica, a expansão paulista não se deteve, contudo. Haveria de prosseguir em busca das riquezas minerais ocultas no sertão.

Conseqüências do bandeirismo de apresamento de índios foram: a manutenção e a sobrevivência do núcleo social paulista pelo aproveitamento de braços destinados ao trabalho nas roças, nos povoados e no sertão e ao tráfico indígena propriamente dito, incumbido de suprir de mão-de-obra, na falta do negro, lavouras e engenhos de cana-de-açúcar de outras áreas do Brasil — Rio de Janeiro e Bahia, por exemplo. Ainda: o devassamento do interior que rasgaria rumos para o povoamento; o recuo da expansão castelhana representada pelos jesuítas, ao sul da América portuguesa, em direção ao Atlântico e sustada pelos bandeirantes; a conquista e a ampliação territorial do Brasil a sul e sudoeste pelo domínio de extensa área correspondente à margem esquerda do Paraná e ao território do atual estado do Rio Grande do Sul.

O HOMEM

O Conquistador de Sertões

No incomensurável panorama histórico da expansão paulista e conseqüente conquista do sertão brasileiro, o vulto de Antônio Raposo Tavares se destaca, assume dimensões de herói, proporções de gigante e esplendor lendário.

Pouco se sabe de sua vida particular em relação ao que se conhece de suas atividades como grande chefe de bandeiras, plenamente integrado no ambiente de São Paulo, durante o segundo quartel do Seiscentismo, e a quem, na realidade, deve o Brasil os tratos de terra correspondentes aos atuais Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e a parte meridional de Mato Grosso, de cuja conquista aos jesuítas espanhóis e incorporação à América portuguesa seria alma e importante instrumento.

Natural de Beja, freguesia de São Miguel, no Alentejo, filho de Fernão Vieira Tavares e de Francisca Pinheiro da Costa Bravo, sua mulher, nasceu Antônio Raposo Tavares, por volta de 1598.

Independente e altiva era, em geral, a gente do Alentejo. Os homens, arrieiros e pastôres, habituados a viver em grupos errantes, herdeiros de

nômades e andarilhos, de sentidos aguçados e de especial capacidade de orientação, eram intrépidos e profundamente ciosos de sua dignidade masculina.

Aos vinte anos, em companhia do pai, deslocou-se o jovem Raposo Tavares para o Brasil (1618).

Delegado do Conde de Monsanto, D. Álvaro Pires de Castro, o donatário das capitanias de Itamaracá, São Vicente e Sant'Ana, vinha Fernão Vieira Tavares, como Capitão-mor Governador, assumir a direção da segunda daquelas Capitanias, onde ainda exerceria, posteriormente, a função de Provedor-mor da Fazenda real. Vinha ao Brasil para ocupar-se da delimitação das Capitanias do Sul, não só entre si, pelo litígio entre os herdeiros de Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa — as Casas de Vimieiro e Monsanto — como em relação às terras da coroa espanhola, onde a expansão sob capa jesuítica, ameaçava os domínios lusitanos mais próximos do Prata.

A serviço do Estado e do Donatário estaria, também, Raposo Tavares, desde 1624, como Capitão de ordenança, ligado à defesa da Capitania durante o período das graves inquietações decorrentes da invasão holandesa no Brasil. À essa época, já se integrara na vida paulistana e, dentro em breve, se entrosaria no movimento sertanista daquele núcleo bandeirante, baliza da expansão territorial da conquista do sertão americano.

Em 1622 fixava-se definitivamente em terras de Piratininga, ao desposar a filha do bandeirante Manoel Pires, Beatriz Furtado de Mendonça, de quem haverá de enviudar ao termo de dez anos.

Lucrécia Leme Borges de Cerqueira, viúva de Gaspar Barreto e já mãe de oito filhos, filha de Fernão Dias Paes, o Velho, e portanto, tia de outro Fernão Dias Paes — o célebre e legendário Governador das Esmeraldas — seria a sua segunda mulher, da qual terá uma única filha, Antônia Pinheiro Raposo. Ter-se-ia realizado o casamento de Raposo Tavares com Lucrécia Leme entre os anos de 1641 e 1645. É o que se calcula, pelo fato de a única filha do casal se ter consorciado em 1657, com 12 a 15 anos de idade, pelo menos.

Do casamento com Beatriz Furtado de Mendonça, já tinha o bandeirante dois filhos, Fernando, falecido em 1658 na ilha de Cabo Verde, sem geração e Maria Raposo, que se casou com o Coronel Carlos de Moraes Navarro.

Na fazenda que abriu para os lados de Quitaúna, reuniria Raposo Tavares grande quantidade de índios provenientes das suas contínuas incursões ao sertão, o que por várias vezes lhe valeu ordem de prisão como "principal cabeça de entradas"...

Poucos anos decorridos do primeiro casamento, as Atas da Câmara Municipal da Vila de São Paulo, relativas ao ano de 1627, registravam as suas atividades como arrematador de gente e organizador da bandeira que

nesse mesmo ano se internava pelo sertão. Era o início da sua vida de bandeirante.

No ano seguinte — 1628 — partia para o território do Guairá, à frente de volumosa expedição, contra as missões jesuíticas ali estabelecidas. Teria dado início, em 1629, ao ataque àqueles estabelecimentos missionários e, no mesmo ano, promovido nova expedição àquela região onde permaneceu em campanha até 1632.

Juiz ordinário da Vila de São Paulo, ao início de 1633, abandonou em seguida o posto, pelo cargo de Ouvidor da Capitania em que o proveu, na mesma ocasião, o Conde de Monsanto. Foi quando da luta, na vila paulistana, entre o poder civil e o teocrático, pela posse dos índios, resultaram, com Raposo Tavares à frente, o ataque ao núcleo jesuítico de Barueri e a expulsão dos missionários.

Excomunhão e perda temporária do mandato de Ouvidor, por determinação do Governo geral, ante as queixas dos padres, custara-lhe a agressão. Justificaria a violência com o fato de haver, certa lei de setembro de 1611, determinado que nas aldeias de índios assistissem clérigos porém sob imediata jurisdição real ou civil. E que, achando-se a aldeia de Barueri em poder exclusivo dos jesuítas, reagira a Câmara municipal no sentido de sustentar ali a régia jurisdição em perigo de ser usurpada pelos jesuítas (25 de julho e 21 de agosto de 1633).

Defendeu a causa junto à sede da Ouvidoria geral, no Rio de Janeiro, onde obteve reintegração no cargo e absolvição, com o que regressou à Vila de São Paulo em gozo de plena autoridade e prestígio. E, ainda no exercício de sua ouvidoria, retornou, em 1636, ao sertão, como Capitão-mor, à frente de nova bandeira, rumo à região do Tape, de onde regressou a São Paulo em meados do ano seguinte.

Em abril de 1638, obteve, Raposo Tavares, carta de data de sesmaria conferida pelo Capitão-mor de São Vicente, Antônio de Aguiar Barriga, em nome do Conde de Monsanto, na qual se lhe concedia um pedaço de terra, em solo paulista, "indo para o sertão", com "matos, capões, logradouros, da banda do sul e do norte, rios e várzeas."

Em 1639, novas atividades militares o esperavam. Incorporava-se, como Capitão de Companhia, ao contingente que o Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas (Governador geral do Brasil, de 23 de janeiro a 21 de outubro de 1639) ordenara a Salvador Correia de Sá e Benevides (Governador do Rio de Janeiro) que arregimentasse, naquele ano, nas Capitânicas do sul, para socorro do Nordeste invadido pelos flamengos (Ordem de 3 de fevereiro de 1639). E, para angariar maior número de voluntários, determinava, pouco depois, por provisão de 8 de junho de 1639, que fôsse concedido o perdão de crimes, em particular os de entrada ao sertão para apresamento de índios, àqueles que se alistassem, sendo nomeado um Capitão para cada grupo de oitenta homens com soldo de 40 escudos.

Sabe-se pela patente que lhe passou o Conde da tórre (7 de agosto de 1639) que Rapôso Tavares reuniu, à própria custa, cento e cinquenta homens, com os quais se passou à Bahia, onde o nomeou, o Conde da Tórre, Capitão da leva que formou uma Companhia dentre as da Infantaria espanhola. Realmente, foi quando teve a oportunidade de dar a sua melhor colaboração a D. Fernando de Mascarenhas, na campanha contra os invasores.

Segundo a versão corrente, a armada comandada por aquêle Governador geral zarparou da Bahia na segunda metade de novembro de 1639, conduzindo um corpo de exército para atacar por mar e terra os holandeses que se haviam assenhoreado da Capitania de Pernambuco e foi sucessivamente derrotada pela esquadra inimiga, ao longo da chamada costa leste-oeste brasileira, em quatro combates navais travados em janeiro do ano seguinte. Dêsse malôgro ter-se-ia salvo, apenas, a ação do Mestre-de-campo pernambucano, Luiz Barbalho Bezerra que, com 1.400 homens, realizou a chamada retirada do Cabo de São Roque, entre janeiro e maio de 1640, da qual também teria participado Antônio Rapôso Tavares e, durante cujo trajeto, desde o tumultuoso desembarque no pôrto do Touro, no litoral do Rio Grande do Norte, até a Bahia — mais de 400 léguas de campo inimigo — conseguiu infligir reveses aos flamengos, abrindo passo a ferro e fogo.

Épica jornada! A fome excessiva levou os fracos e exaustos soldados a devorarem os poucos cavalos que havia, couros, raízes e coisas repugnantes, na luta pela sobrevivência, à falta de alimentos, de roupa, de munições, às moléstias, às chagas, às intempéries e ao mais profundo desalento físico e moral.

Em fins dêsse ano de 1640, em São Paulo, como Governador "da recruta", recebia Rapôso Tavares o encargo de alistar maior número de paulistas para integrarem o têrço de socorro contra os holandeses. Já ocupava, nessa ocasião, a posição mais preeminente da Vila paulistana, depois do locotenente do Conde de Monsanto, segundo se infere da lista de nomes que figuram no auto da aclamação de el-Rei D. João IV, ali realizada a 3 de abril de 1641.

Em 1642 era Rapôso Tavares Mestre-de-Campo, certamente como prêmio de serviços prestados, ao participar da armada do Conde da Tórre na luta para a libertação de Pernambuco do domínio holandês.

Em abril de 1642, delegavam-lhe os vereadores e moradores da Vila de Parnaíba, mediante procuração que não especificava o fim especial a que se destinava, poderes gerais de representação na Capitania de São Vicente, em todo o Brasil e no reino de Portugal junto ao rei D. João IV.

Dessa data em diante, só se terá notícias do sertanista seis anos depois, às vésperas de outra grande bandeira. Teria estado no Reino durante todo êsse tempo com a procuração dos edis e moradores de Parnaíba e uma representação ao monarca, cujo motivo seria a questão da administração dos índios, reclamada pelos jesuítas.

Depois do silêncio de seis anos da documentação paulista, ei-lo que surge, em 1648, pronto para partir da Vila de São Paulo à frente da sua maior expedição que oficialmente constava ir ao descobrimento de minas nos sertões dos índios serranos. Em novembro desse ano, com os bandeirantes André Fernandes, Antônio Pereira de Azevedo, Gaspar Vaz Madeira e outros, atacou a Redução de Mboimboi e deu início à invasão e à conquista do Itatim.

Compunha-se a sua tropa de duzentos brancos e mamelucos e mais de mil índios.

Em outras Reduções atacadas naquela área, deu-se, como no Guairá e no Tape, o êxodo de jesuítas e índios, para os núcleos mais defendidos das populações espanholas limítrofes.

A notícia de que partira de Assunção um corpo armado de homens para defender a região, retiraram-se os paulistas.

Do Itatim, Rapôso Tavares teria atravessado o Paraguai, o Chaco boreal e atingido a região andina, no trecho do alto Guapá, ou rio Grande, que seguiria até ganhar o Mamoré, depois o Madeira até o Amazonas, que navegou até Belém do Pará onde chegou com cinquenta companheiros e algum gentio, em 1651, à fortaleza de Santo Antônio de Gurupá. Durara três anos a sua viagem.

Diz a tradição que, ao regressar à Vila de São Paulo, tão desfigurado estava que a própria família não o teria reconhecido.

Não sobreviveu por muito tempo à sua heróica empreitada sertanista. Faleceu entre fins de 1658 e início de 1659.

Para abreviar tão trabalhosa e gloriosa vida, muito deveriam ter corrido as moléstias e fadigas da sua derradeira quão dilatada aventura.

A AÇÃO

Do Guairá ao Tape

A Conquista do Guairá

O ASSALTO DE 1628-1629 — Desde antes do Seiscentismo acostumaram-se os paulistas a "bandeirar" no sertão do Guairá. E, não obstante as autoridades os procurassem impedir, não cessaram de para lá dirigir as suas bandeiras escravagistas.

Destarte, em 1628, decidiram os moradores de Piratininga realizar a grande invasão da região, sob pretexto de que pertencia a Portugal e que o gentio ali existente não podia ser monopolizado pelos espanhóis.

No ano anterior, alguns sertanistas de São Paulo capitaneados por Antônio Raposo Tavares e Paulo do Amaral teriam incursionado naquela área, de onde os teriam repellido os jesuítas castelhanos.

Em 1628, todavia, empreendeu Raposo Tavares a sua grande investida à região, onde, no passado, já o haviam precedido Manuel e Sebastião Prêto, Pedro Vaz de Barros e outros.

Na ocasião em que os paulistas, chefiados por Raposo Tavares, se dispunham a invadir o Guairá, chegava a Piratininga D. Luiz de Céspedes y Xeria, fidalgo espanhol de ilustre linhagem, nomeado pelo rei de Espanha, desde 1625, governador do Paraguai. Em virtude do estado de insegurança no mar, devido à guerra com a Holanda, só em 1628 conseguiu chegar ao Rio de Janeiro. Ali desposou D. Vitória de Sá, sobrinha do Governador Martim de Sá, o qual, provavelmente, o teria aconselhado a viajar por São Paulo, pelo Tietê e o Paraná por ser, então, a via mais segura. Chegou a Santos a 18 de julho e durante os dois meses que medeiam entre a chegada, a estada em Piratininga e a partida para o Paraguai foi excelentemente acolhido pelos paulistas.

A coincidência de sua viagem pelo Tietê abaixo, acompanhado de guias paulistas — o Capitão Manuel Prêto, um dos maiores bandeirantes da época — com a partida da bandeira acima referida fez os jesuítas castelhanos atribuírem o plano da invasão ao próprio D. Luiz de Céspedes y Xeria, obrigado a defender-se de tal acusação perante o Vice-Rei do Peru que o julgou culpado e o puniu (1631).

Uma das pessoas com quem teria aquêlê governador mantido estreito contacto foi Raposo Tavares que, posteriormente, chegaria a ir ao Rio de Janeiro para tratar da plantação de cana-de-açúcar em terras de D. Vitória de Sá. É sabido que o bandeirante possuía dois trapiches no Rio de Janeiro. Tal fato parece comprovar a existência de relações de interesse entre Raposo e Xeria.

Em 1631, André Fernandes, fiel companheiro de Raposo Tavares e grande bandeirante, acompanhou a esposa do governador durante a difícil viagem já praticada pelo marido, pelos Tietê, Paraná, Serra de Maracaju, Ivaí, Paraguai, até Assunção.

Com a conivência ou não de D. Luiz de Céspedes y Xeria, o certo é que a expedição de Raposo Tavares ao Guairá saiu de São Paulo, em agosto de 1628, dividida em quatro companhias, das quais eram Capitães, respectivamente: Antônio Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros, Brás Leme e André Fernandes, de Parnaíba. A de Raposo tinha por Alferes Bernardo Sanches de Sousa e como Sargento Manuel Morato Coelho. Comandava a vanguarda Antônio Pedroso de Barros e a retaguarda, Salvador Pires de Mendonça. Formando sistema com esta bandeira, existia outra tropa com Mateus Luis Grou à frente. Eram todos conhecidos como intrépidos sertanistas e exímios apesadores de índios.

Seguiria pelo velho caminho indígena do Peabiru, ou caminho de São Tomé que levava aos Campos Gerais: Pinheiros, Apotribu, Quitauína, Barueri (Maruí), Araçoiaba, Pequiri, Iguaçú...

A vanguarda rumou para os campos do Iguaçú e, passando o rio Tibaji (a 8 de setembro de 1628), levantaria paliçada nas vizinhanças da Redução de Encarnação. Apresou dezessete índios cristianizados que a seguir libertou por intercessão do Superior, Padre Montoya.

Ali permaneceria em sondagens, sem atacar, durante quatro meses (outubro de 1628 a fevereiro de 1629), como em armistício.

Eis que, índios (entre eles um chefe, Tataurana) capturados tempos atrás por Simão Álvares naquelas paragens, desertaram e se refugiaram na doutrina de Santo Antônio. Pela recusa da entrega dos trãsfugas, ordenou Rapôso Tavares o ataque a várias Reduções, a começar pela Redução de Sto. Antônio (30 de janeiro de 1629), cuja destruição e captura do gentio — cerca de duas mil almas — assinalam o início da conquista do Guairá.

Seguiu-se a queda de S. Miguel, destruída a 23 de março, por Antônio Bicudo de Mendonça; de Jesus-Maria atacada por Manoel Morato Coelho. Conta-se que naquele local, inquirido pelo padre Cristóvão de Mendonça, sobre as razões do assalto, teria Rapôso Tavares respondido: "Temos de expulsar-vos duma terra que é nossa e não de Castela..."

Ampliada a luta a vários setores — Caairu, Ibiaguira — seguiu-se a destruição de Encarnação, São Paulo, Arcanjos e São Tomé.

Finda a ofensiva, os paulistas retornaram a Piratininga, com levas de prisioneiros. Chegariam ao povoado em maio de 1629.

Nos anos seguintes deixava de existir o território missionário do Guairá. Essa obra de destruição caberia, principalmente, a dois lugares-tenentes de Rapôso Tavares: André Fernandes que em 1630 destruiu mais duas Reduções, uma das quais a de São Paulo; e Paulo do Amaral a quem coube o aniquilamento da de São Xavier. As restantes desfizeram-se. As povoações civis dos espanhóis, Vila Rica e Ciudad Real sobre o Paraná e junto do salto do Guairá foram, também, evacuadas sob a pressão dos bandeirantes.

Será de bom alvitre lembrar que se tem exagerado a crueldade dos bandeirantes, como a força destruidora das bandeiras e a posição dos jesuítas como vítimas. Guiados por abstrações tão aquém da realidade, os jesuítas haviam formado organismos cujo fundamento econômico, social e religioso contrariava frontalmente a cultura e a organização dos índios. A disciplina dos missionários da Companhia de Jesus, opondo-se a tantas das tendências naturais dos índios alcançava as raias da desumanidade. Por isso eles haveriam de falhar: no Guairá, no Tape e no Itatim e alhures. Os bandeirantes limitaram-se muitas vezes a provocar e a precipitar a força migratória latente nos índios. Foi o que sucedeu aí e sucederia no Tape. Das

treze Reduções do Guairá, apenas seis foram atacadas. As demais, malgrado a resistência dos padres se desfizeram, ao impulso da gente de São Paulo.

NOVAS INVESTIDAS (1629 a 1632) — Abandonada a região do Guairá, os missionários castelhanos buscaram outras áreas: ao sul, onde procuraram agremiar os índios e ergueram novas doutrinas entre os rios Paraná e Uruguai e, ao norte, à margem direita do Paraná — região paraguaia própria-mente dita — e em trechos no sudoeste do atual Mato Grosso.

Tem sido discutida a participação pessoal de Rapôso Tavares nessa segunda fase de ataque ao Guairá, o que contudo não altera a sua posição de planejador, organizador e chefe incontestável da guerra às Reduções castelhanas que se multiplicavam na região paraguaia e em plena expansão na foz e no curso do Paranapanema e ameaçavam ultrapassar a raia portuguesa e chegar até o Atlântico.

Isto significava sério perigo para todo o *hinterland* de São Vicente, de Cananéia, e mais concretamente, de São Paulo. A prevalecer esta demarcação, o atual Estado de São Paulo estaria reduzido a cerca de um terço do seu atual território, e, para o sul, os demais estados ficariam totalmente incorporados à coroa espanhola.

Asfixiante insegurança representaria para os paulistas o conceito dos jesuítas espanhóis sobre os limites de Espanha e de Portugal na América meridional. Era preciso deter rapidamente aquela força dotada de extraordinário impulso de expansão. O conflito era inevitável.

Na história da expansão paulista, a conquista do sertão do Guairá representa, pois, a manutenção da soberania portuguesa e, em particular, a do donatário da Capitania de São Vicente, o Conde de Monsanto e, a primeira baliza de sustentação do recuo do meridiano de Tordesilhas para oeste e conseqüente conquista de grande área territorial para a América portuguesa e das futuras reivindicações do *uti possidetis* naquela região, em 1750.

Ao findar a luta entre bandeirantes e jesuítas no Guairá, afirmavam os paulistas que, desde a fundação da Vila de São Paulo, jamais se capturara tantos índios de uma vez. Só Antônio Rapôso Tavares, era voz corrente, aprisionara vinte mil "peças", cifra que, na realidade, teria correspondido ao resultado total da campanha.

Na organização da grande investida paulista ao Guairá não se pode omitir a realidade dos fatores econômicos. O trabalho servil foi fatalidade condicionada pela vida econômica da Colônia. A agricultura dos moradores da Capitania de São Vicente não podia prescindir daquela mão-de-obra. Os engenhos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, com as respectivas extensas lavouras, interceptadas que foram pelos holandeses as comunicações com o Golfo da Guiné, Luanda e Benguela e, conseqüentemente, a importa-

ção de negros, tornaram-se desde o início do segundo quartel do século XVII mercados exigentes e o comércio da mão-de-obra indígena, atividade altamente remuneradora. A bandeira de 1628-1629 teria abastecido aqueles mercados se não com a abundância que propalam as tendenciosas informações dos jesuítas, pelo menos com relativa suficiência.

A CONQUISTA DO TAPE

Em 1635, apenas dois anos após o estabelecimento das Reduções na bacia do Jacuí, estalou o conflito entre jesuítas espanhóis e bandeirantes — como ocorrera entre os anos de 1627 e 1629 no Guairá — ante a séria ameaça que representavam aqueles missionários à exploração comercial da região pelos paulistas já de longa data habituados a traficar os miseráveis carijós.

É oportuno lembrar que uma das bases de manutenção desse tráfico — “resgate” e “trato” — assentava na aliança dos luso-brasileiros com os potentados indígenas locais na base do compadrio e na participação de “pombeiros” tupis como intermediários naquele comércio com tais potentados ou caciques, senhores da terra e mercadores de escravos.

A interferência dos missionários naquela organização deu origem ao inevitável choque com os bandeirantes no Tape, chave de interesses econômicos, de soberania territorial e de solidariedade social.

Precedeu a arrancada bandeirante contra o Tape a expedição via marítima, “batedora”, chefiada por Luís Dias Leme, em 1635, a bandeira de Aracambi. Ter-se-ia destinado a bandeira ao porto de Laguna, base de operações dos bandeirantes contra os carijó e os tape. Eram ali esperados e recolhidos os índios prisioneiros destinados ao comércio.

Para deter o novo surto de expansão dos jesuítas espanhóis avançou Raposo Tavares, em meados do ano seguinte — maio ou junho — com cento e cinquenta paulistas e mil e quinhentos índios, pelo caminho do Peabiru, até o sertão do Guairá e seguindo pela crista planaltina até o Iguaçu e, daí por diante, o trajeto corresponderia à atual estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

Sete meses de caminhada. E, ao penetrar no território atual do Estado do Rio Grande do Sul, a bandeira deu início ao apresamento de índios. No Corvo, distrito do município de Estrêla, sobre o rio Taquari, teria situado Raposo Tavares o primeiro acampamento protegido por grandes paliçadas e onde reuniu, antes de avançar novamente, os índios até ali capturados e que deixou sob a guarda de Diogo de Melo, seu lugar-tenente. Antes, porém, teria plantado roças para o inverno.

Só em fins de novembro de 1636 chegava ao seu destino. A 3 de dezembro atingia e atacava com sua tropa, de bandeira desfraldada e, ao som

de tambor e trombetas de guerra, a Redução de Jesus Maria, o posto mais avançado da Missão, reduto, armazém de armas e campo de exercícios militares, cabeça, defesa e comando das demais Reduções.

A peleja durou horas, até cair a aldeia em poder da bandeira. Números seriam os cativos.

Reorganizaram-se em quinze dias os missionários com reforços de outras Reduções e puseram em pé de guerra um corpo armado de mais de mil e quinhentos catecúmenos para atacar Raposo Tavares.

Em tempo. Não obstante as restrições de Espanha quanto ao uso de armas de fogo pelos nativos, afrouxadas somente à época da Restauração portuguesa (1640), desde a instalação das Reduções no Guairá não se absteram, na realidade, os padres de colocar armas de fogo nas mãos dos neófitos, nem tão pouco de exercitá-los no manejo de arcabuzes e escopetas e de adestrá-los para a luta contra os sertanistas de São Paulo.

Reacendeu-se a luta em torno de São Cristóvão e de Sant'Ana que foram ocupadas às vésperas do dia de Natal.

Durante aproximadamente um ano, permaneceu no sertão a bandeira de Antônio Raposo Tavares, e em alguns meses nas paliçadas do Taquari.

Fôra praticamente destruída pela sua expedição a linha avançada das Reduções jesuíticas do Tape assentadas sobre o rio Pardo e o médio Jacuí, cujo curso final também ameaçavam ocupar até o mar.

Amplamente aberto por Raposo Tavares o caminho do Tape, seguiram-se, ainda no ano de 1637 e nos dois seguintes, as bandeiras de André Fernandes, uma das maiores figuras do bandeirismo da época, e de Fernão Dias Pais, o futuro Governador das Esmeraldas. A primeira destruiu a Redução de Santa Teresa e as duas deram início à destruição das Reduções do Uruguai: Apóstolos, São Carlos, Mártires, Candelária e Conceição (Concepción), esta já na margem direita do rio. Da margem esquerda haviam desaparecido as Reduções dos jesuítas espanhóis.

Como o Guairá, seria a região do Tape reconhecida pela Espanha como território da América portuguesa. Será, pois, o Tape a segunda baliza de sustentação das reivindicações territoriais, ao firmarem, em 1750, Portugal e Espanha o Tratado de Madri.

Enquanto no apresamento e no tráfico indígena buscavam os paulistas o "remédio para a sua pobreza", ou melhor, as bases para sobreviência à beira do sertão, a par dos evidentes fatores econômicos da conquista do Guairá e do Tape, cumpre acrescentar, ainda, os interesses territoriais do donatário.

Donatário das Capitanias de Itamaracá, São Vicente e Sant'Ana, o Conde de Monsanto, D. Álvaro Pires de Castro teria favorecido secretamente a asso-

ciação de Antônio Rapôso Tavares à organização e à prática sertanista tradicionais dos paulistas, para defesa das terras da sua donataria contra as pretensões castelhanas sob capa jesuítica, bem como contra a usurpação de territórios da América portuguesa pela Província jesuítica do Paraguai.

EM PORTUGUAL?

Em abril de 1642, recebia Antônio Rapôso Tavares, dos vereadores e moradores de Parnaíba, uma procuração — à que já se aludiu — que, sem especificar objetivos, lhe delegava poderes gerais de representação “em tôda a capitania, em todo o Brasil e no reino de Portugal diante de el-rei Nosso Senhor Dom João o IV de onde fôsse necessário no dito reino”.

Teria sido a vila de Parnaíba, mais do que a de São Paulo, a grande base de recrutamento, apoio e ação de Rapôso Tavares. A procuração dos seus moradores pleitearia solução para o problema da administração dos índios avocada pelos jesuítas, ou para questões de ordem mais complexa.

Daquela data em diante, até 1648, silenciam os documentos paulistas sôbre a presença de Rapôso Tavares, quer em bandeiras, quer na Vila de São Paulo, ou alhures.

Presume-se que tenha estado em Portugal por questões decorrentes dos ataques às missões jesuíticas castelhanas e para defender-se das acusações do Padre Antônio Ruiz Montoya, delegado dos jesuítas castelhanos e a cujo pedido havia sido o bandeirante relegado ao juízo e às sanções da Inquisição Portuguesa. Superior da missão do Guairá, autor da “Conquista espiritual del Paraguay”, verdadeiro evangelho de ódio e autêntico libelo contra os paulistas, acusava-os, com acirrada paixão, o jesuíta, em sua obra, da mais extremada e horrorosa crueldade, conceito exagerado que contribuiria para severo e inclemente juízo — um tanto falso — de alguns historiadores.

Outro motivo: com a Restauração portuguesa, o desejo de recompensa por serviços prestados em defesa do Brasil e de oferecer-se para outros empreendimentos em ocasião que poderia proporcionar-lhe grandes oportunidades.

Em Portugal, seria Antônio Rapôso Tavares confirmado no pôsto de Mestre-de-Campo pelo Monarca.

DO ITATIM AO AMAZONAS

A CONQUISTA DO ITATIM

O PERU — Em carta escrita em 1606, pela Câmara de São Paulo e dirigida ao Donatário da Capitania de São Vicente, já se diziam os paulistas “gente usada no trabalho do sertão, que com bom caudilho passam ao Peru por terra... e isto não é fábula” (Atas da Câmara da Vila de São Paulo, II, p. 499).

Um parêntesis. Com a segunda fundação de Buenos Aires, em 1580 e a reunião da Coroa de Portugal à da Espanha, cresceu a infiltração portuguesa na América espanhola, não obstante as proibições dos Filipes. E até 1635, quando começou a grande perseguição do Santo Ofício aos chamados judeus portugueses, todo o comércio de Lima estava praticamente em mãos de lusitanos. Formavam eles igualmente parte importante e ativa da população das cidades das zonas de mineração, como Potosi, La Plata e Cusco.

Documentos e referências históricas concluem que os paulistas teriam entrado no Peru durante aquele período, por duas vias: uma, a de Assunção e Santa Fé, habitual dos que procuravam fixar-se demoradamente no Peru; outra, a que levava diretamente através do sertão de La Plata e Potosi e era a via dos que entravam em rápida incursão, para em seguida regressarem a São Paulo com levas de índios "serranos" e variáveis quantidades de prata. Era esta a rota mais difícil, não obstante a mais curta, devido à agressividade da natureza nas planícies do Chaco e dos índios paiaguá — canoeiros — e guaicura — cavaleiros — que infestavam a região.

Os primeiros paulistas que se aventuraram por aquelas paragens entravam no Rio Paraná pelo Tietê ou pelo Paranapanema, navegavam até Ciudad Real; daí, depois de ladeados pelo norte o salto do Guairá e a Serra de Maracaju, navegavam o Jejuí até ao Paraguai que desciam até Assunção e daí atingiam Santa Fé. Rumavam para Córdova, ou seja, a grande via que de Buenos Aires galgava os Andes, passava por Potosi e La Plata e conduzia a Cusco, Lima e Quito.

Guairá, Vila Rica e Santiago de Xerez teriam servido de pontos de escala aos paulistas para as minas do Peru; e os que passavam por Xerez atravessavam o Pilcomaio e o Guapaí.

A Bandeira de Nicolau Barreto que saiu de São Paulo, em 1602, teria feito, em parte, esse caminho. Mais tarde te-lo-ia percorrido Antônio Castanho da Silva, português residente em Parnaíba, numa das mais antigas expedições de que se tem notícia ao sertão do Itatim, em busca da terra dos índios serranos; faleceu em 1622, na região de Potosi.

Em 1650, o Padre Ferrufino, ao fazer o relato das incursões dos paulistas no Itatim, contava que após 1634 ao atravessarem eles o rio Paraguai, foram pressentidos pelos habitantes de Santa Cruz de la Sierra e temidos pelo governador da região.

Mais tarde, por volta de 1655, Luís Pedroso de Barros comandou uma bandeira à região dos "serranos", ou seja, dos Chiriguano, entre o alto Pilcomaio e o alto Guapaí e, ao que parece, para explorações mineradoras.

Quando Antônio Raposo Tavares dirigiu a sua bandeira para o ataque ao Itatim, já se conhecia em São Paulo os meios de comunicação com o Peru.

A MISSÃO JESUÍTICA DO ITATIM — Teriam os jesuítas espanhóis estabelecido a missão do Itatim com o intuito de formar naquela área um verdadeiro território tampão que interceptasse aquela passagem e também servisse de escala para outras missões de além e daquém Paraguai, de maneira que pudessem alcançar o Amazonas e estabelecer continuidade com os demais missionários da Companhia de Jesus que, descendo do Peru, viessem a ocupar o alto curso daquele rio — o que veio a suceder com a missão dos Maynas. Tal contacto seria de grande perigo para o Brasil que ficaria cercado por uma cadeia de missões jesuítas de conhecida energia expansionista.

Em relação a essa tentativa dos jesuítas espanhóis é que se pode compreender a importância da bandeira de Antônio Raposo Tavares.

Aquê movimento envolvente por parte dos missionários teve início ao empreenderem eles com os seus índios o êxodo do Guairá, desde o Paranapanema, e rio Paraná abaixo.

Ao principiar o ano de 1632 deram início os jesuítas à missão do Itatim, que, se perdurasse, teria isolado o Paraguai do Guaporé, afluente do Madeira, rios que hoje formam, em sua continuidade, a fronteira do Brasil, impedindo as comunicações com o Peru e lançando as bases de um poderoso obstáculo à expansão sertanista até aos atuais territórios de Mato Grosso.

Instalou-se a missão entre o rio Paraguai a oeste e a serra de Amambaí a leste, o Taquari ao norte e o Apa ao sul, na área correspondente ao sudoeste do atual Estado de Mato Grosso.

Com o tempo, deslocaram-se as Reduções para as margens do Jejuí que hoje corre em território paraguaio, tendo sido, primitivamente, via de acesso dos bandeirantes para este último rio. Destarte, a designação de Itatim passou a abranger um território mais vasto e os próprios missionários lhe dilataram o nome para a outra margem do Paraguai, na ambição de estender as Reduções para o Chaco boreal e daí para o Amazonas.

Apenas iniciada a missão do Itatim, os paulistas, guiados pelos próprios habitantes espanhóis do pequeno povoado de Santiago de Xerez — no mesmo território — sob o comando de Ascenço de Quadros invadiram as Reduções e aprisionaram grande contingente de índios.

O PLANO DA EXPEDIÇÃO — Todavia, a verdadeira invasão dar-se-ia, finalmente, por iniciativa de Antônio Raposo Tavares que, com André Fernandes (Tenório) e Antônio Pereira de Azevedo, Gaspar Vaz Madeira e outros atacou a Redução de Mboimboi em novembro de 1648. Duzentos brancos e mamelucos e mais de mil índios de armas formavam a tropa atacante.

Dividia-se a bandeira em duas secções; governava a primeira o Mestre-de-Campo Antônio Raposo Tavares que também detinha o comando geral

e a segunda, o Capitão Antônio Pereira de Azevedo, que afirmava ir a bandeira "no descobrimento do rio das Amazonas", enquanto o Alferes Sousa da Silva atribuía à expedição a busca de minas. Teria existido um plano de pesquisa metalífera, mais objetivamente, de minas de prata: na própria região do Itatim, talvez, e nas proximidades do argentífero Peru andino.

Cumpre observar aqui que, restaurada a independência de Portugal, em 1640, passou a preocupar D. João IV sério problema econômico-político que resultava da guerra com a Espanha e da interrupção do comércio marítimo do Brasil com Buenos Aires, de onde vinha a maior parte da moeda de prata que circulava nas cidades brasileiras. Em guerra na Península os dois países ibéricos, proibido pelo governo espanhol o comércio português com o Rio da Prata, resultou a baixa da moeda portuguesa e, principalmente, a carestia extrema da prata vinda do Peru por Buenos Aires e pelo sertão, os dois males com dano gravíssimo para a economia do Brasil. D. João IV esforçou-se por manter a paz na América e, com ela, o lucrativo comércio entre os portos do Brasil e Buenos Aires, ao que violentamente se opôs a Espanha, temerosa, como sempre, da infiltração portuguesa nas suas colônias e principalmente no Peru. Grande número de ordens régias comprova as ativas providências do monarca português no sentido de incentivar no Brasil a pesquisa das minas de ouro e prata, quer no sul, quer no norte, ante o vultoso desequilíbrio monetário decorrente da intransigência da Espanha e das sérias dificuldades financeiras do país em guerra.

E, da conquista do Prata chegaria a cogitar a Coroa lusitana...

E, aliados ao plano metalífero existiam, outrossim, a intenção de descobrimento de novos sertões e de rios que unissem o sul paraguaio ao norte amazônico do Brasil ainda informe e inorgânico e a iniciativa encoberta de tolher a expansão dos jesuítas castelhanos em terras da América portuguesa. Esta foi a grande, a maior realização da bandeira e o "descobrimento do Amazonas" como conhecimento geográfico, o maior dos resultados.

A BANDEIRA EM MARCHA — A expedição de Raposo Tavares partiu de São Paulo em maio de 1648. Teria descido o Tietê até o Paraná, ou teria seguido pelo caminho do Peabiru, para alcançar o Paraná na confluência com o Paranapanema. Ter-se-ia dividido em duas tropas com trajetos diferentes até o Paraguai: a primeira, sob o comando de Raposo Tavares que partiu de São Paulo em fins de 1647; e a segunda, já entrado o ano de 1648, sob o comando de Antônio Pereira de Azevedo.

Descido o Paraná, teriam os sertanistas atingido o Ivinheima, pelo qual passariam ao Aquidauana, ao Miranda e ao Paraguai, trajeto praticado na época, nas viagens ao Itatim. Antes de ali chegar, porém, a tropa de Antônio Pereira caiu sobre a Redução de Mboimboi junto o rio Apa (sítio da atual Aquidabã) que atacou a 1.º de novembro desse ano.

Diz a crônica jesuítica que no ano anterior (setembro de 1647) uma bandeira paulista havia atacado a Redução de Nossa Senhora da Fé de Taré, forçando-a a recuar para o Sul e a retirar-se para junto do rio Apa, onde Antônio Pereira de Azevedo a surpreenderia ainda em fase de organização.

Finda a missão contra Mboimboi, postos em fuga, para o sul, padres e catecúmenos, e, mantidos alguns índios como prisioneiros e guias, tratou Antônio Pereira de Azevedo, em meados de novembro, de atravessar o rio Paraguai, para juntar-se à tropa de Rapôso Tavares em local previamente combinado, nas proximidades da Redução de Santa Bárbara, na Serra de Santiago.

A tropa de Rapôso Tavares prôpriamente dita fizera seu caminho diretamente à região onde hoje se ergue Corumbá, no século XVIII Albuquerque e no XVI Puerto de San Fernando. Era êsse o tradicional lugar da travessia assinalado nos mapas jesuíticos com o nome de "paso", atravessado por quem se dispusesse a ir à região andina do alto Rio Grande ou Guapai.

PESTE, FOME, GUERRA — Todavia, depois de um mês de combates e aprisionamento de índios, só no início de dezembro retomariam a marcha para juntar-se ao grosso da bandeira, fortificada na serra de Santiago.

Segundo posterior narrativa do Padre Antônio Vieira baseada em depoimento de membros da expedição que lograriam chegar a Belém do Pará, viram-se, então, os sertanistas vitimados pelas maiores calamidades: peste, fome e guerra, decorrentes do transbordamento anual do rio Paraguai e dos assaltos do gentio que infestava a região. Famintos e enfermos, por vezes semi-imersos nos pantanais do Paraguai, desamparados de socorros eram continuamente agredidos, em terra, pelos guaicuru e, na água, pelos paiaguá.

Acoçada pelos assaltos dos índios e pela enchente do rio, teria a expedição praticado o caminho direto para a serra de Santiago, atravessando o Chaco, onde, à fome e, sobretudo à sede, se finou a maior parte dos homens.

Finalmente, ao cabo de quase dois terríveis meses de misérias e sofrimentos, viria encontrar-se o remanescente da tropa de Antônio Pereira de Azevedo com a de Antônio Rapôso Tavares. Teria alcançado, em fins de dezembro de 1648, o "arraial" ou a paliçada paulista, onde o Mestre-de-Campo estaria a invernar, ou seja, a passar a época das grandes chuvas e inundações e onde teria feito sementeiras para arrostar a segunda parte da jornada.

Teriam todos permanecido cêrca de meio ano na pequena elevação onde outrora assentara a Redução de Santa Bárbara, pois somente em abril começavam a ser praticáveis naquele sertão as longas caminhadas.

Durante tão largo tempo, teriam explorado os cerros e as regiões acidentadas que formam o sistema orográfico chiquitano, possivelmente em pesquisas de minas de prata.

CONTINUA A MARCHA — Incorporada, teria seguido a bandeira em abril ou março de 1649 a rota natural pela serra de São José e, passando ao norte dos Banhados de Izozog, deixando à direita Sta. Cruz de la Sierra, para atingir a região dos "serranos" [índios chiriguano (guarani) ou chané (aruaque guaranizados) que também habitavam a região andina do alto Guapá, afluente do Madeira].

Este caminho e região final haviam sido trilhados, em 1621, por Antônio Castanho da Silva que partiu de São Paulo e foi morrer no ano seguinte na região de Potosi.

Ao regressarem da região andina, teriam, Rapôso Tavares e sua tropa, na segunda parte da sua jornada, seguido pelo alto Guapá ou Grande, até atingir o Mamoré, pelo qual ganhariam o encachoeirado Madeira que, vencidas as suas cataratas e corredeiras e, vencida a selva, os levaria ao Amazonas, após duríssimos trabalhos e provações sem conta.

Da expedição de 1648, de duzentos brancos e mamelucos, ao Itatim, chegavam a Gurupá, em 1651, cinquenta e nove sobreviventes, pequena falange de esqueléticos, famintos, esfarrapados, cabelo e barba crescidos e hirsutos, farrapos humanos de um farrapo de Bandeira...

No percurso de São Paulo a Gurupá, na Amazônia, cobrira a bandeira de Antônio Rapôso Tavares o espaço que medeia exatamente do trópico de Capricórnio ao Equador e que se estende entre duas das maiores bacias hidrográficas do mundo, numa longitude de terras entrepostas, equivalente à latitude do espaço abarcado. Cortou planaltos de onde se precipitam rios encachoeirados que obrigavam centenas de vezes a puxar à sirga ou a varar por terra batelões e cargas. Atravessou endêmicos e mortíferos pantanais e campos ressequidos e estéreis. Rasgou picadas na selva infestada de índios, onças e cobras e toda uma fauna quase invisível de tão minúscula e, nem por isso, menos agressiva. Galgou contrafortes de uma das mais altas cordilheiras do Globo, de cujos cimos a neve ao se fundir despencam as águas em torrentes e catadupas, para correr em planícies mornas e extensas, onde os rios escavam poços e túneis subterrâneos.

E desceu por um rio que se despenha pela gigantesca escadaria do planalto brasileiro, de cachoeira em cachoeira, até desaguar no Amazonas, o rio-mar, em plena selva equatorial, em busca do Atlântico.

Mais de dois terços de sertões desconhecidos acabavam de ser percorridos por um punhado de homens desprovidos de quaisquer conhecimentos científicos e rodeados dos mistérios das serras e das florestas, dos rios, das cataratas, dos tórridos calores e dos frios de gelar, dos selvagens e das feras. Mas, providos da energia física, e da constância moral que ultrapassa a mais alta medida humana e atinge a força dos gigantes e a consciência dos heróis.

I V

A OBRA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa expedição do Itatim à Amazônia restam, apenas, alguns poucos e mutilados documentos, de cujo conjunto ressalta uma impressão de malôgro. Os dois primeiros subalternos da bandeira foram premiados de forma relevante. Antônio Pereira de Azevedo foi elevado à categoria de fidalgo cavaleiro, com pensão régia e nomeado Provedor da Fazenda da Capitania do Espírito Santo, enquanto o Alferes Sousa da Silva seria escolhido para o cargo de Capitão-mor da Capitania de São Vicente.

Quanto a Rapôso Tavares, diz Jaime Cortesão, é surpreendente que, dos Arquivos do Conselho Ultramarino nada conste, nem pedido seu, nem mercê, honra ou cargo a recompensá-lo do empreendimento que o padre Antônio Vieira chamou de "uma das viagens mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo". E mais. Não há livro ou crônica impressa em português, durante o século XVII, que se refira ao nome do grande sertanista. Nada teria requerido? E se requereu, porque nada lhe foi concedido? Estranho silêncio!

Teriam decorrido tais omissões da implacável má vontade dos jesuítas — espanhóis e portugueses — para com o bandeirante?

Foi Antônio Rapôso Tavares julgado em Portugal segundo os cânones de uma sociedade profundamente influenciada pelos jesuítas, acreditando facilmente na lenda forjada pelos missionários do Paraguai de que o sertanista era um réprobo que atacava um dos fundamentos essenciais do Estado e da Igreja: a Companhia de Jesus. E, quando os laicos, que viviam à livre lei da guerra, silenciaram o nome de Rapôso Tavares e dos seus companheiros naquela expedição, o que não teriam feito os padres e as demais autoridades, atacados em seus supostos direitos de jurisdição suprema na questão dos índios?

Os julgamentos dos membros do Conselho Ultramarino ajustavam-se mui estreitamente aos padrões dos padres da Companhia de Jesus. Ao solicitar Antônio Pereira de Azevedo o cargo de Provedor da Fazenda Real na Capitania do Espírito Santo, o parecer daqueles Conselheiros sugeria ao Rei que lhe concedesse a mercê solicitada, mas acrescentava: "E isto em satisfação dos serviços com que requer feitos no Estado do Brasil, sem se respeitar aos mais das entradas". É que, entradas também significavam expedições de apresamento de índios — índios reduzidos pelos jesuítas, inclusive — e tais "serviços" não eram considerados como de merecimento, isentando-se os Conselheiros de Estado e a Coroa de avaliá-los.

Poder-se-ia, ainda, conjecturar que teria concorrido para o mutismo das crônicas contemporâneas de Raposo Tavares, o malôgro da expedição sob o ponto de vista dos objetivos que mais interessariam ao monarca: o descobrimento de minas de prata. Premido pela angustiante situação financeira, econômica e política em que se debatia o Reino, em guerra com a Espanha após a Restauração da Independência Nacional, teria D. João IV alimentado a esperança do descobrimento de outro Potosi nas proximidades do Paraguai, no vago sertão do Itatim e, quem sabe, de aí fortificar uma posição comercial e política, tornando-a, além de uma fonte de riqueza e de poderio, uma espécie de sentinela avançada da América portuguesa contra os espanhóis do Peru, de Assunção e de Buenos Aires. Tais planos poderiam ter estado associados à possível viagem de Antônio Raposo Tavares a Portugal, à época da ascensão do Duque de Bragança ao trono.

Se, para o imediatismo de D. João IV, interessado em minas de metais preciosos prontamente postas a render, o empreendimento de Raposo Tavares foi um malôgro, não o seria, todavia, sob o ponto de vista do conhecimento geográfico, e da formação territorial do Brasil. Sob esse aspecto, teve o périplo raposiano as mais fecundas conseqüências. Verificou a navegabilidade do Rio Grande e suas relações de afluência com o Madeira e o Amazonas. Estabeleceu a noção relativamente exata da profundidade em longitude da América do Sul e, em particular, do espaço que medeia entre o Paraguai e os Andes — e o legendário Peru — e conseqüentemente das possibilidades de expansão do Brasil para oeste. Desvendou a importância do Madeira como via de acesso aos Andes, de que decorreria, posteriormente, a valorização desse rio sob o aspecto político e como possível limite entre Portugal e Espanha na América. Por essas razões, D. Pedro II de Portugal (filho de D. João IV e rei de 1667 a 1706) em fins do século XVII começaria a ordenar a ocupação do baixo trecho daquele curso d'água pelos jesuítas. Obstruiu, daí por diante, a passagem normal e contínua de civis e de jesuítas espanhóis entre o Paraguai e a planície de Santa Cruz, ou, mais amplamente, o Peru. E, libertando os territórios do Itatim da ocupação pelos missionários da Companhia de Jesus, impediu-lhes, para sempre, a expansão na direção de Mato Grosso e do Médio-Paraná.

Em 1678, a área correspondente à velha e destruída cidade de Xerez era ocupada pelos paulistas, cujas canoas começaram a percorrer com freqüência o Paraguai, sem que pudessem os espanhóis deter aquela atrevida iniciativa. E, durante os quarenta anos que vão desde a ocupação de Xerez aos primórdios da exploração do ouro em Cuiabá, por mais de uma vez os jesuítas espanhóis — quer os de Assunção que desejavam ir à região dos Chiquitos, quer os que fundaram esta missão e que pretendiam ir a Assunção — depararam com os paulistas circulando no Paraguai, temeram e evitaram aqueles possíveis encontros.

Nova Xerez, relaciona-se, pois, às origens do descobrimento do ouro e da fundação de Cuiabá. Raposo Tavares teria criado, destarte, a primeira con-

dição para a futura exploração de Mato Grosso e o descobrimento do Guaporé, que haveriam de ser a chave ocidental dos limites do Brasil no plano de Alexandre de Gusmão para o Tratado de Madri (1750).

A expedição de Antônio Raposo Tavares foi o primeiro empreendimento de reconhecimento geográfico que abrangeu todo o espaço continental da América do Sul compreendido entre as margens do Atlântico e a cordilheira andina, entre o trópico de Capricórnio e o Equador, alargando-se por cerca de 23 graus de latitude e 20 de longitude. Foi, portanto, uma das maiores e mais árduas de quantas expedições de descobrimento se realizaram em toda a América, até ao início do século XIX. Pondo-se de lado o trajeto andino, e considerando-se, apenas, o percurso fluvial do Tietê ao Paraguai e daí por terra ao Guapá e, baixando, por êle, o Mamoré, o Madeira e o Amazonas até Belém, tão vasto périplo mede, em números redondos, 10.000 quilômetros. Com o acréscimo da travessia do Chaco, as explorações desde os morros chiquitanos para oriente e os desvios e flutuações da grande aventura na região andina, ela terá excedido por certo e de muito, o espaço de 12.000 quilômetros.

O arrojado e épico descobrimento de Orellana, em 1541, baixando o Amazonas, limitou-se a descer o rio mar, conservada, sempre as mesmas latitudes; as expedições de La Salle, o grande explorador francês do Mississipi — entre 1679 e 1682 — desenvolveram-se em clima temperado, quase que exclusivamente no sentido do meridiano e em duas jornadas; a de Lewis e Clark que, entre 1804 e 1806, exploraram o médio e o alto Missouri e o Cúmbia até o Pacífico, desenvolveu-se num espaço continental de 33 graus de longitude mas, muito reduzida em latitude e, portanto, em âmbito menor.

A expedição de Raposo Tavares realizada em plena zona tropical e equatorial, o esforço físico e os sofrimentos suportados pelos exploradores teriam sido infinitamente maiores, o que o eleva e aos seus companheiros às máximas culminâncias do Bandeirismo. Ultrapassaram êles, em bravura e sacrifícios os navegadores lusitanos do Atlântico, do Índico e do Pacífico.

A figura épica de Antônio Raposo Tavares enquadra-se no mesmo plano dos grandes conquistadores do Novo Mundo, os quais logra não poucas vezes ultrapassar, pela bravura e pelo cavalheirismo. Não pertence apenas à história do bandeirismo e do pioneirismo paulistas, ou à da Capitania de São Vicente, mas à história da formação territorial e política do Brasil, à da formação dos estados sul-americanos; à das grandes viagens de descobrimento e à da penetração dos continentes.

O seu drama, como o de muitos dos seus companheiros e contemporâneos, decorre da oposição veemente da Companhia de Jesus — de enorme influência política e determinadora de uma hierarquia rígida e teocrática de valores, na Metrópole e na Colônia — e do meio social das Capitanias do Sul do Brasil e, mais que todas, a de São Vicente-São Paulo, onde um gê-

nero de vida próprio — o bandeirismo — permitiu a formação e o desenvolvimento de um novo conceito de vida à livre lei da natureza e dos interesses de grupos e até de nação.

Levantou-se contra Raposo Tavares e contra os bandeirantes de São Paulo a acusação de que foram escravagistas, homens cruéis e hereges. É bom lembrar, todavia, que naquela época a Igreja e os Estados ainda não condenavam a escravidão dos negros e nem a Companhia de Jesus deixou de praticá-la e, muito amplamente, na África e no Brasil. Proclamar que os jesuítas defendiam a liberdade dos índios, em nome de um conceito integral dos direitos humanos, seria hipocrisia.

É necessário, pois, colocar os bandeirantes dentro da moral da sua época e das determinantes do seu meio geográfico, econômico e social e medi-los, por comparação, com os seus maiores inimigos, os jesuítas espanhóis.

Para estudo e compreensão da figura de Antônio Raposo Tavares bem como dos bandeirantes, em geral, cumpre integrá-los na história da expansão geográfica do Brasil, despidos da grosseira e falsa vestimenta degradante de meros "agentes de Satanás", de escravagistas dominados pela mais baixa cupidez, de bandoleiros movidos pela crueldade assassina, impiedade e cinismo, que lhe atribuíram os apaixonados jesuítas: na *Conquista Espiritual hecha por religiosos de la Compañia de Jesus en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*, do Padre Antônio Ruiz de Montoya (Madri, 1639), e na *Relación de los Agravios*, dirigida ao Rei pelos Padres Justo Mansilla e Simón Maceta (escrita na Bahia, a 10 de outubro de 1629), fontes principais em que até hoje se têm baseado alguns historiadores das Bandeiras paulistas.

Mas nem tudo foi crime nos bandeirantes, como nem tudo foi piedade nos jesuítas espanhóis. Humanos uns e outros estiveram mais ou menos susceptíveis de todas as paixões humanas, nem sempre nobres.

E, se existiu esforço, heroísmo, sacrifício, sublimidade até a santidade em muitos daqueles missionários, não se pode negar terem sido os bandeirantes, tantas vezes, tipos sobre-humanos, pela energia, perseverança, generosidade, isenção e estoicismo.

Quanto à crueldade, cruel foi o homem do século XVII, como tem sido o de todas as épocas. Muitos crimes abomináveis atribuídos aos bandeirantes foram pura e simplesmente forjados pelos jesuítas, com declarado propósito de denegrir seus inimigos.

Teriam obedecido, por vezes, a instintos bárbaros e violentos que a guerra e a aventura perigosa desencadeiam. Era inevitável.

Todavia, convém lembrar que, nessa mesma época funcionava o Santo Ofício da Inquisição de Lima que ultrapassou as raias da crueldade humana, ora com fins políticos, ora com ciúme comercial, inflamando e condenando à fogueira os mesmos católicos, apenas porque eram portugueses e ricos.

Ainda. Os jesuítas espanhóis colaboraram intimamente com este Santo Ofício e pretenderam destruir o bandeirismo, valendo-se da Inquisição. E mais. Por volta de 1631, no auge da expansão bandeirante, o Comissário do Santo Ofício de Lima, Superior das Reduções do Uruguai e do Tape — as mais visadas na ocasião — era o Padre Diogo de Alfaro que exercia o cargo do ódio contra os portugueses.

Quanto à heresia, de modo algum teriam sido hereges os bandeirantes. Eram católicos tanto quanto os sacerdotes seculares ou os frades do Carmo e de São Bento que acompanhavam as bandeiras e compartilhavam da sua vida no sertão; ou os franciscanos que, em São Paulo de 1640, colocaram-se ao lado dos paulistas, quando estes expulsaram os jesuítas por se oporem ao apresamento. E mais. Já está mais do que suficientemente provado que os bandeirantes eram capazes de atos de piedade e respeito para com os próprios jesuítas espanhóis e mesmo quando ainda não se havia arrefecido o calor da refrega.

Insuperável chefe de bandeiras e devassador de um continente, soube Raposo Tavares associar-se ao patrimônio bandeirante — organização econômica e social, aparelhagem e técnicas sertanistas — e à vis-propulsiva da gente de Piratininga, no sentido de coordenação de energias para os empreendimentos militares de ação decisiva contra os ainda vacilantes estabelecimentos jesuíticos do Guairá, do Tape e do Itatim que lhes negaram o direito de ocupação e defesa armada de territórios de soberania, àquela data, duvidosa. E, em continuação ao esforço já despendido naquelas áreas pelos bandeirantes seus antecessores, aos quais se identificaria, impediu que a Espanha se apoderasse de terras do Brasil, enquanto dilatava o país para conferir-lhe estrutura orgânica, e, com mais de um século de antecedência preparava a cláusula do *uti possidetis* do Tratado de Madri (1750) e a obra dos grandes construtores do Estado brasileiro.

Na luta contra os jesuítas portugueses, Raposo Tavares encarnou e defendeu o princípio da supremacia da jurisdição civil sobre a eclesiástica. Na luta contra os jesuítas espanhóis também defendeu o primado daquela jurisdição e, ainda, — conscientemente ou não — o de uma soberania nacional superior a qualquer hierarquia religiosa. Sob esse aspecto não seria impossível situá-lo na linha revolucionária dentro da qual evoluiu e se afirmou o Estado moderno.

Eis porque durante três séculos permaneceu a memória do grande bandeirante Antônio Raposo Tavares soterrada em profunda tumba de silêncio que lhe escavaram os filhos de Santo Inácio de Loyola, com o consentimento, ou melhor, a conivência dos dirigentes da nação portuguesa que o consideraram inimigo do Estado, ou seja, de uma das suas instituições fundamentais na época — A Companhia de Jesus.

O prestígio dos jesuítas que tramou contra Raposo Tavares a conspiração do silêncio e urdiu contra os bandeirantes difamatória, anatemática e

convincente campanha secular que impediria o julgamento objetivo desse capítulo da história da expansão geográfica do Brasil, por vários historiadores, entre os quais Capistrano de Abreu, não lograria, todavia, destruir o legado da conquista bandeirante à posteridade brasileira ante ao qual nunca tantos deveram tanto a tão poucos...

F O N T E S

- ATAS DA CAMARA DA VILLA DE SÃO PAULO — Publicação Oficial do Arquivo Municipal de São Paulo. Vols. II, III, IV, V, VI. São Paulo, 1915.
- AZEVEDO, Victor de — Atuação real de Raposo Tavares na Viagem ao "Rio das Almanzonas". *Cadernos de História*, vol. 11. Ed. Obelisco. S. Paulo, 1966.
- BANDEIRANTES NO PARAGUAY — SÉCULO XVII (Documentos Inéditos) — Publicação da Divisão do Arquivo Histórico. Prefeitura do Município de São Paulo. Col. Dept.º de Cultura, vol. XXXV. S. Paulo, 1949.
- BOXER, C. R. — *A Idade do Ouro do Brasil* (Dores de crescimento de uma sociedade colonial). Trad. de Nair de Lacerda. Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1963.
- — *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola. 1602-1686.* University of London. The Athlone Press. 1952.
- — *The Dutch in Brazil. 1624-1654.* Oxford. At the Clarendon Press. 1957.
- CORTESAO, Jaime — "A maior bandeira do maior bandeirante". *Revista de História*. n.º 45, São Paulo, Janeiro-Março, 1961.
- — *Introdução à História das Bandeiras*, vols. I e II. Portugália Editora. Lisboa, 1964.
- — *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil.* Ministério de Educação e Cultura. Dept.º de Imp. Nac. Rio de Janeiro, 1958.
- COUTO, Diogo do — *O Soldado Prático.* Texto restituído, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1937. Col. Clássicos Sá da Costa.
- DOCUMENTAÇÃO HESPAÑHOLA BANDEIRANTE — Coligida e publicada por Affonso de E. Taunay. ANNAES do Museu Paulista, tomo II. S. Paulo, 1925.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo — *Capítulos da História Social de São Paulo.* Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1944.
- — *Meio Século de Bandeirismo.* Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1948.
- — *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano.* 3.ª ed. Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1938.
- — *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.* Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1936.

- — *Raposo Tavares e sua Época*. Liv. José Olympio Ed. S. Paulo, 1944.
- ELLIS, Myriam — "As Bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil", in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, A Época Colonial. Difusão Européia do Livro. S. Paulo, 1960.
- FRANCO, (Francisco de Assis) Carvalho — *Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo*. Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1940.
- — *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. S. Paulo, 1954.
- GANDIA, Enrique de — *Las Misiones jesuíticas y los bandeirantes paulistas*. Ed. La Facultad. Bernabé y Cla. B. Aires, 1936.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de — *Caminhos e Fronteiras*. Liv. José Olympio Ed. S. Paulo, 1957.
- HERNANDES, P. Pablo — *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesus*. 2 vols. Gustavo Gill Editor. Barcelona, 1913.
- JESUITAS E BANDEIRANTES NO GUAIRÁ (1594-1640) — Manuscritos da Coleção de Angells. Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1951.
- JESUITAS E BANDEIRANTES NO TAPE (1615-1641) — Manuscritos da Coleção de Angells. Introdução e Notas por Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1969.
- LEITE CORDEIRO, J. P. — *São Paulo e a Invasão Holandesa no Brasil*. Gráf. Bentivegna. S. Paulo, 1949.
- LUIS, Washington — "Antonio Raposo". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. IX, 1904.
- MACHADO, Alcântara — *Vida e Morte do Bandeirante*. — 2.^a ed. Emp. Gráf. da Revista dos Tribunais. S. Paulo, 1930.
- MAGALHAES, Basílio de — *Expansão Geographica do Brasil Colonial*. 2.^a ed. Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1935.
- MIRALES, D. José de — *Historia Militar do Brasil*. ANNAES da Biblioteca Nacional, vol. XXII. Rio de Janeiro, 1900.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de — *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus en las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape* — 1639. Trad. de Batista Caetano de Almeida Nogueira. ANNAES da Biblioteca Nacional, vol. VI, Rio de Janeiro, 1879.
- PÓRTO, Afonso Aurélio — *História das Missões Orientais do Uruguai* — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1943. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Publicações, vol. 9.
- RIBEIRO, Joaquim — *Folklore dos Bandeirantes*. Livr. José Olympio Editora. S. Paulo, 1946.

- SAMPAIO, Teodoro — "O Sertão antes da Conquista (Século XVII)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. V, 1899-1900. S. Paulo, 1901.
- — "São Paulo de Piratininga no fim do século XVI". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. IV, S. Paulo, 1898-1899.
- SOARES, Torquato de Sousa — Presores-Bandeirantes. Coimbra Ed. Ltda. 1953. (Separata de *Brasília*, vol. VII).
- SOUZA, Bernardino José de — *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 4.^a ed. Companhia Editora Nacional. S. Paulo, 1939.
- TAUNAY, Affonso de E. — *História Geral das Bandeiras Paulistas*, vols. I, II, III. Typ. Ideal. S. Paulo, 1924, 1925, 1927.
- THE BANDEIRANTES — *The Historical Role of the Brazilian Pathfinders*. Edited with an Introduction by RICHARD M. MORSE. Borzol Books of Latin America. General Editor Lewis Hanke. Columbia University. A. A. Knopf. N. York, 1965.

